



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DISCUTIR
O PRÊMIO CATARINENSE DE CINEMA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
AUDIOVISUAL CATARINENSE, REALIZADA NO DIA 4 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS
19H, NO PLENARINHO DEPUTADO PAULO STUART WRIGHT DO PALÁCIO
BARRIGA-VERDE**

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Daniel Anderson dos Santos) –
Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa noite. Sejam todos bem-vindos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública requerida pela excelentíssima senhora Deputada Estadual Luciane Carminatti e pelo excelentíssimo senhor Deputado Estadual Marcos José de Abreu (Marquito), através da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que tem por objetivo debater as políticas públicas do audiovisual catarinense, atendendo ao pedido do Fórum Setorial Estadual de Audiovisual, assim como de diversos coletivos e de diversas entidades do setor.

Portanto, esta audiência pública reunirá autoridades, entidades representativas, agentes culturais, captadores e pesquisadores para discutir o andamento e as melhorias do Prêmio Catarinense de Cinema (Lei Estadual nº 15.746/2012), bem como outras políticas públicas para o audiovisual em Santa Catarina, incluindo as iniciativas com recursos federais, principalmente em relação à autuação e à condução da Fundação Catarinense de Cultura, que tem como missão valorizar a cultura por meio de ações que estimulem, promovam e preservem a memória e a produção artística catarinense.

Para compor a mesa de autoridades, convidamos a excelentíssima senhora Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputada Luciane Carminatti; o excelentíssimo senhor Deputado da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Marcos José de Abreu (Marquito); o senhor presidente do Conselho Estadual de Cultura (CEC), Luiz Nilton Corrêa; a senhora presidente da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), Maria Teresinha Debatin; a representante da Sociedade Civil na Cadeira de Audiovisual no Conselho Estadual de Cultura/SC, Carolina Borges de Andrade. (*Palmas.*)

Registramos e agradecemos a presença das seguintes autoridades que se apresentaram ao nosso Cerimonial: o senhor vice-presidente do Instituto Catarinense de Cinema, Fábio Cabral; a senhora presidente estadual do PSOL, Leia Medeiros; o senhor conselheiro da Associação de Profissionais do Audiovisual Negro da Região Sul (Apan), Gabriel Borges; a senhora representante do Fórum dos Festivais, Marilha Naccari; a senhora conselheira da Cinemateca Catarinense, Bárbara Petters; o senhor curador da Mídia Nativa On, Fernando Xokleng; o senhor curador do Portal dos Saberes Laklãnõ-Xokleng, Jucelino de Almeida Filho; a senhora presidente do Sindicato da Indústria Audiovisual de Santa Catarina (Santacine), Aline Belli; a senhora representante do Conselho Superior do Cinema/MinC, Cintia Domit Bittar; o senhor representante da Associação dos Profissionais Trans do Audiovisual, Luck Yemonja Banke; a senhora representante do Fórum Setorial Permanente do Audiovisual Catarinense, Valeska Bittencourt; o senhor assessor parlamentar Rui Ricard da Luz, neste ato representando o Deputado Federal Pedro Uczai; a senhora representante do Cine Fórum Preto Indígena Sapatransviade do Atlântico Sul, Sandra Alves; o senhor representante da Associação de Cinema e Vídeo de Chapecó e Região, Cassemiro



Vitorino, neste ato representando o coordenador-geral da Cinelo, Augusto Zeiser; o senhor representante do Fórum Setorial Permanente de Cultura LGBTQIAPN+ de Florianópolis, Arthur Gomes; a senhora representante da Associação das Produtoras Independentes do Audiovisual Brasileiro (API), Lícia Brancher; o senhor conselheiro da setorial audiovisual do Conselho de Políticas Públicas de São José, Igor Miguel; a senhora representante do Comitê Gestor do Fórum Setorial Audiovisual de Florianópolis, Maria Augusta Vilalba Nunes; a senhora administradora do Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina, Betita Horn Pepulim; a senhora diretora Artística da Associação Cultural Panvision, Alissa Azambuja; a senhora representante do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina, Adriane Canan; a senhora representante do Movimento dos Atingidos por Barragens, Mariah Fonseca Alves; e a senhora representante da Atragames e da ASCJogos, Luiza Guerreiro (*Palmas*.)

Neste momento, para fazer uso da palavra convidamos a representante da sociedade civil na cadeira de Audiovisual no Conselho Estadual de Cultura/SC, Carolina Borges de Andrade.

A SRA. CAROLINA BORGES DE ANDRADE – Boa noite a todas, a “todes” e a todos.

Eu gostaria de saudar a Deputada Luciane Carminatti, Presidente da Comissão de Educação e Cultura; o Deputado Marquito, coordenador da nossa Frente Parlamentar do Audiovisual; a Teresinha Debatin, presidente da Fundação Catarinense Cultura; o Luiz Nilton, presidente do CEC; e todas as entidades presentes, as quais eu quero agradecer a presença neste dia de chuva, pois realmente compareceram em peso. Estamos aqui mesmo para isso, para comparecer quando temos uma oportunidade como esta. Em uma audiência pública para o audiovisual é nosso papel estarmos “todes” aqui presentes em peso.

Gostaria de agradecer a esta Casa por nos receber em audiência pública, por proposição da Deputada Luciane Carminatti e do Deputado Marquito. Agradeço também a presença do Museu da Imagem e do Som (MIS) e sua equipe aqui presente; e às equipes dos gabinetes, principalmente a Manu Weber e o Guto Lima, que nos ajudaram a organizar toda esta audiência, agradeço a presença de todas as entidades.

Eu gostaria de falar rapidamente sobre a pesquisa que nós tivemos em 2022, que é sobre o Mapeamento e Estudo do Setor Audiovisual Catarinense. Essa pesquisa é muito importante para o nosso setor, pois temos enfrentado a dificuldade da ausência de indicadores tanto no setor cultural quanto no setor audiovisual. Vou citar alguns aspectos positivos e negativos que essa pesquisa trouxe para nós, entre elas, uma das coisas que a pesquisa falava é que na ausência desses indicadores era muito importante um diálogo que vinha sendo construído, um diálogo que estava bastante consolidado entre o setor audiovisual e a Fundação Catarinense de Cultura. Esse diálogo nos permitiu, nos últimos anos, debater amplamente as diretrizes do Prêmio Catarinense de Cinema, que é uma das principais razões da nossa audiência pública. Então, na falta desses indicadores, esse diálogo era muito importante para o entendimento das necessidades do setor.

Outra questão superimportante também foi, a partir de 2018, a participação do CEC ouvindo e ampliando a discussão com todo o setor e trazendo fortemente a questão da regionalização e da descentralização, principalmente o crescimento desse setor, que naquele momento, em 2022, tínhamos indicadores de que, naqueles últimos dez anos, o setor tinha crescido 429%. É importante falarmos sobre isso num ano em que estamos novamente falando num aporte do Fundo Setorial do Audiovisual que pode chegar a R\$ 30 milhões aqui em Santa Catarina, o valor total do edital, porque ainda não temos na Fundação Catarinense de Cultura um setor especializado para tratar somente do audiovisual. Então temos a equipe do MIS, que se divide em várias tarefas, desde o entendimento do setor audiovisual à formatação das políticas, ao edital e também à gestão do MIS. Então, realmente é muita coisa, e entendemos que isso não está compatível com o tamanho desse setor e com o quanto ele tem crescido.



É muito importante estarmos aqui reunidos justamente para falar sobre a pujança desse setor, o qual tem trazido prêmios importantes para o Estado, e tenho certeza que os meus colegas vão falar sobre isso. Precisamos acompanhar essa evolução e esse crescimento do setor audiovisual.

Em linhas gerais, era isso o que eu queria trazer como fala de abertura, mas também de outras questões importantes para o nosso setor que precisamos discutir, como, por exemplo, a Lei Estadual da Film Commission, que teve o seu pontapé inicial, mas hoje está paralisada. No nosso Prêmio Catarinense de Cinema temos a lei de 2012, mas é uma lei muito sucinta, não tem um decreto que a regulamente. Então, realmente é necessário, todos os anos, termos este debate enquanto isso não acontece. Não que o debate tenha que deixar de existir, mas nos daria mais segurança se essa lei tivesse o seu decreto de regulamentação.

Nós temos falado também do PL do sistema do audiovisual, que é importante para complementar o Sistema Estadual de Cultura e é muito importante também a questão do Programa de Incentivo à Cultura (PIC), que seria outra política pública muito importante, uma política de fomento indireto, mas que hoje não atende a demanda do audiovisual, estando muito distante de poder atender o audiovisual. Essa é outra questão muito importante para discutirmos.

Eu desejo uma ótima audiência pública a todos e quero, mais uma vez, saudar a presença de “todes”.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Daniel Anderson dos Santos) – Neste momento, para dar continuidade a esta audiência pública, convidamos para fazer uma breve explanação a senhora presidente da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), Maria Teresinha Debatin. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Leitura: Djonathan Costa*]

A SRA. MARIA TERESINHA DEBATIN – Deputada Luciane Carminatti, Deputado Marcos José de Abreu, popular Marquito; Luiz Nilton Corrêa, nosso colega presidente do Conselho, e a Carol Borges aqui na mesa, quero saudá-los e saudar também a minha equipe da FCC que se faz presente e todas as demais pessoas que compõem este movimento de hoje à noite.

Eu quero fazer um breve relato aqui sobre o que a Fundação vem fazendo. Eu acho que a maioria dos senhores sabe que eu estou de novo no cargo há menos de dois meses e nós entendemos que existem algumas coisas que já os preocupam, que é o ano de 2025, mas quando se tem uma panela no fogão nós precisamos garantir que essa panela no presente não queime, então estou fazendo isso no momento.

Eu acho que nós temos números bons, É claro que eu vou dizer aqui aos senhores Deputados que na minha última passagem pela FCC nós contávamos não só com a colaboração do Estado, mas também com a da Ancine. E foi uma boa briga nossa, porque diferente de outros Estados, principalmente os do nordeste, onde eu tinha amigos que trabalhavam também na área, Santa Catarina colocava R\$ 1,00 e ganhava da Ancine R\$ 0,50, enquanto que o nordeste colocava R\$ 1,00 e ganhava R\$ 2,50. Então foi uma briga dos Estados de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande do Sul, do Espírito Santo e de Minas Gerais. Há uma composição entendendo que esses cinco Estados devem ter uma certa parcela e um certo olhar na hora de receber valores.

Portanto, fizemos uma boa briga e graças a Deus conseguimos pelo menos equiparar. E para minha surpresa, quando eu volto para casa eu percebo que nós estamos de novo sozinhos para fazer esse Prêmio de Cinema. Então nós precisamos fazer essa briga boa de buscar novamente.

(Passa a ler.)

“Em 2024 a Fundação Catarinense de Cultura lançou mais uma edição do Prêmio Catarinense de Cinema, que existe desde 2001. Neste ano, com prêmio de R\$ 8.030.000,00, sendo esses com 34 projetos inscritos nas modalidades de produção – que inclui longa-metragem, curta-metragem, obra seriada e curta-metragem



infantojuvenil – e de difusão voltada a festivais de cinema e cineclubes. A nossa previsão é de que o resultado final seja divulgado até 10 de dezembro de 2024.

Em 2023 o Prêmio fez parte dos editais lançados dentro da Lei Paulo Gustavo em Santa Catarina e foram 167 projetos contemplados em 22 categorias, no valor de R\$ 38.795.932,56.

Desde o último dia 30 de outubro a FCC está recebendo *e-mails* com sugestões para a edição de 2025 do Edital Prêmio Catarinense de Cinema. As sugestões devem ser enviadas até 8 de novembro, próxima sexta-feira, para o *e-mail* mis@fcc.sc.gov.br com o assunto: Edital de Cinema 2025.

Em 2023, além do Prêmio Catarinense de Cinema - Edição Especial Lei Paulo Gustavo –, a FCC lançou outros três editais voltados ao setor audiovisual catarinense, num total de R\$ 44 milhões investidos na cadeia produtiva: Prêmio de Exibição FCC e RNCP, que premiou 65 obras audiovisuais catarinenses para a realização de cessão não onerosa dos direitos de exibição para as emissoras integrantes da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), suas retransmissoras e suas plataformas de vídeo sob demanda; Edital de Modernização e Adaptação de Salas de Cinema SC, que selecionou 5 propostas para receber apoio financeiro para ações de modernização e adaptação de salas de cinema de acesso público em Santa Catarina, incluindo as de cinema de rua ou itinerantes, sob responsabilidade de órgãos e entidades da administração pública direta ou indireta, organizações da sociedade civil e empresas do Estado de Santa Catarina; Prêmio para Microempresas e Pequenas Empresas, que selecionou 56 microempresas e pequenas empresas catarinenses em reconhecimento por sua atuação, produção e difusão na área do audiovisual do Estado.

Política Nacional Aldir Blanc. Então, além do Prêmio Catarinense de Cinema, atualmente a FCC está com inscrições abertas para envio de propostas ao Edital Circuito Catarinense de Cultura, no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc. Entre as propostas culturais selecionadas nas modalidades festivais e mostras, evento cultural ou apresentação, ações de qualificação e formação, ações artísticas culturais, serão contempladas propostas na área de audiovisual, cinema, entre outras, que também fazem parte desse edital, que tem um valor total de R\$ 22.220.000,00 que serão distribuídos para 659 propostas.

Os recursos são oriundos do governo federal, repassados por meio da Lei nº 14.399/2022 – Política Nacional Aldir Blanc –, com operacionalização da FCC em Santa Catarina, e essas 659 propostas que serão premiadas vão poder pulverizar. É sempre a proposta da FCC, de atravessar a ponte e estar onde estão os produtores e os artistas.

O Programa de Incentivo à Cultura (PIC) visa ao fomento a projetos culturais catarinenses por meio de renúncia fiscal do Imposto de Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Desde a sua criação, em 2021, já foram aprovados 25 projetos da área audiovisual, num total de R\$ 8,5 milhões já captados por esses proponentes. São projetos de séries, longas-metragens, mostras de cinema, materiais para meio virtual (*web*), desenvolvimento de roteiro, entre outras iniciativas que ajudam a fomentar a cadeia do audiovisual no Estado.

O Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina (MIS), somente neste ano, foi responsável pela captação de 12 exposições para o espaço expositivo até o mês de setembro de 2024. Todas as mostras têm entrada gratuita no Museu localizado no Centro Integrado de Cultura, visando à expansão e à informação do meio audiovisual para seus visitantes. Essas exposições atraíram um público de aproximadamente 11,2 mil pessoas de acordo com os registros dos livros de visitantes, mas o público estimado é de até 5 vezes mais, pois muitas pessoas não assinam o livro.

Neste ano o MIS/SC lançou a ação cultural Pontos do MIS/SC, uma proposta de regionalização que prevê parcerias com Municípios para a disponibilização de material audiovisual, oficinas e capacitações. A partir do preenchimento de formulário e do envio de dados, os Municípios recebem uma pontuação para serem um Ponto do MIS/SC e, a



partir disso, receberem atividades culturais. Na primeira avaliação, 47 Municípios foram validados para ser um Ponto do MIS/SC.

O Museu também reformou neste ano a sua sala multimídia, que tem capacidade para 82 pessoas, e teve mais um espaço expositivo, localizado ao lado dessa sala, recuperado e disponibilizado aos produtores e artistas para a realização de mostras. Esse novo espaço, na verdade, visa criar um projeto para 2025 chamado Primeiro Palco. Nós sabemos que muitos não têm ainda um público para buscar bilheteria e nenhum público para encher uma sala de cinema de 250 lugares ou 900 lugares no CIC. Quando se colocam 80 pessoas nesse espaço, ele está vazio, mas se colocarmos 80 pessoas num espaço em que cabem 92, ele estará cheio.

O MIS/SC também é responsável pela agenda cultural do Cinema Gilberto Gerlach, que em 2024 teve 96 eventos que reuniram mais de 7 mil pessoas (dados até setembro). Em 25 de novembro deve iniciar a reforma na Sala Gilberto Gerlach, em parceria com a Assessoria de Comunicação da FCC. O MIS/SC tem seu acervo de vinis apresentado semanalmente à sociedade por meio do programa de Rádio MIScuta, exibido pela Rádio Udesc FM, de Florianópolis, e disponibilizado também no *site* cultura.sc.gov.br, com a agenda cultural dos espaços administrados pela FCC e a trilha sonora de discos que fazem parte do acervo de vinis do Museu. O programa está em seu sétimo ano e já teve 370 edições produzidas pela Assessoria de Comunicação, sendo que neste ano já foram 43 edições.”

Essa é apenas uma explanação do que o MIS/SC vem fazendo, mas quero dizer para os senhores que não por acaso nascemos com dois ouvidos, então estou aqui/ para ouvi-los.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Daniel Anderson dos Santos) – Obrigada, senhora Maria Teresinha.

Neste momento chamamos para fazer uso da palavra o senhor presidente do Conselho Estadual de Cultura (CEC), Luiz Nilton Corrêa.

O SR. LUIZ NILTON CORRÊA – É uma satisfação enorme estar aqui hoje e agradeço pelo convite.

Quero cumprimentar a senhora Deputada Luciane Carminatti, o senhor Deputado Marquito, a presidente da Fundação Catarinense Cultura, Maria Teresinha Debatin, e a minha colega conselheira Carolina, que tem lutado muito no Conselho, tem sido uma representante ferrenha em relação aos assuntos ligados ao audiovisual, e não à toa está aqui hoje, ela tem desempenhado esse papel de forma muito considerável, importante e muito incisiva nas reuniões do Conselho Estadual de Cultura – eu elogio a representante no Conselho.

Estava vendo, por exemplo, as autoridades aqui presentes, contei mais ou menos 65 pessoas dentro desta sala, mas com a representatividade que vocês possuem, provavelmente temos aqui mais de 1.000 pessoas com todas as entidades de todas as regiões do Estado sendo representadas. Vimos aqui para ouvi-los e eu acho que a Carolina é quem tem feito um papel magnífico em representá-los e repassar as nossas demandas para o Conselho.

Então, estarei aqui mais como espectador acompanhando todo o processo como presidente do Conselho Estadual de Cultura e depois autorizando a Carolina a repassar tudo dentro da plenária do Conselho.

Eu agradeço. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Daniel Anderson dos Santos) – Obrigado, senhor presidente Luiz Nilton.

Gostaríamos de citar a presença do senhor assessor parlamentar Gilberto Del’Pozzo, neste ato representando o gabinete do excelentíssimo senhor Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera, e da senhora representante do Conecta, Rede Nacional de Conselhos de Cultura, Sueli Dors.



Convidamos a excelentíssima senhora Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputada Estadual Luciane Carminatti, para proceder à abertura oficial desta audiência pública e presidir os trabalhos, em conjunto com o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Marcos José de Abreu (Marquito), Coordenador da Frente Parlamentar do Audiovisual Independente de Santa Catarina.

Uma boa-noite a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Boa noite, pessoal.

(A plenária, em uníssono, responde: “Boa noite.”)

Que bom tê-los e tê-las aqui. É muito bom.

Ao retomar os trabalhos aqui na Assembleia, quero cumprimentar o meu colega Deputado Marquito – estamos voltando com as nossas audiências, não é, Marquito? Quero cumprimentar também o presidente do Conselho Estadual de Cultura, o Luiz Nilton, e em seu nome todos os demais conselheiros; a Carol, que representa também esse setor, que já fez apontamentos bem importantes e necessários para que façamos o debate; a Maria Teresinha, desejando muito sucesso na gestão frente à Fundação – nós não temos saudade de quem saiu (*ri*), nem um pouquinho, nós ficamos quase um ano e meio vendo a cultura em Santa Catarina, com todo o respeito, indo ladeira abaixo. E eu falo isso com muita tranquilidade, porque não saía edital, estava tudo travado, havia perseguição, ausência de diálogo, e eu entendo que ninguém pode se apropriar da cultura catarinense. A cultura catarinense é nossa e nós precisamos ter essa diversidade, que é a nossa riqueza. [*Transcrição: Fabiano Antonio de Souza / Leitura: Vera Regina Zacca*]

Eu desejo muito sucesso, mas também sempre falo que relação é uma via de mão dupla, ou seja, como vem, vai. Então, queremos que tenha diálogo, e acredito que vamos ter, queremos que o setor seja ouvido, e acredito que vamos ouvi-lo; e assim chegaremos a um bom resultado.

Dito isso, eu quero agradecer a presença de todos e todas e também dizer, como Deputada Estadual que preside a Comissão de Educação e Cultura, que foi muito bom quando o Marquito, além de fazer parte da Comissão de Educação e Cultura, criou a Frente Parlamentar do Audiovisual, da qual também sou membro, não é, Marquito? Nós vamos nos revezando, mas atuamos juntos e esse setor precisa ser ouvido.

Primeiramente, quero destacar a importância desta audiência de hoje, porque não é tão fácil colocarmos aqui um setor tão diverso, mas que também tem os seus conflitos no próprio setor. Não temos que ter medo de conflitos, temos que saber lidar com eles, e é importante que eles venham à tona para que possamos avançar. Por isso esta audiência de hoje é histórica, porque estamos com todas as regiões representadas. E nós temos a tarefa grandiosa de dar bons encaminhamentos, ouvir e fazer as coisas andarem.

Quero também destacar esse histórico da construção da Frente Parlamentar e da Comissão com o Conselho, que representa todos e todas – porque você tem a sociedade civil e você tem o governo... E a Fundação, querendo ou não, gostando ou não, tem que ouvir, sim! Que bom que a Teresinha disse “vamos ouvir mais”, porque quem faz a gestão tem que saber ouvir, senão erra muito.

Gostaria de fazer alguns apontamentos, porque depois quero mais é ouvir. Primeiro, quero agradecer as assessorias dos dois gabinetes, em nome do Guto, aqui eu vou citar só o Guto, mas é toda a equipe do Marquito, também quero agradecer em nome da Manu, que é da minha equipe, e a todos os servidores da Casa que estão nos ajudando.

Existem muitos questionamentos que chegam até nós e, com certeza, hoje virão aqui. Primeiro, sobre o Prêmio Catarinense de Cinema há a solicitação de que seja inscrita a Fundação para a chamada do MinC nos arranjos regionais, porque aí



podemos chegar a R\$ 30 milhões, um valor bem melhor, apesar de ainda não ser um valor que nós merecemos, mas é um valor razoável.

Destaco também a necessidade de diálogo que precisa ter da Fundação para com esse setor, como já mencionei. Nós também fizemos uma solicitação de alterações no edital deste ano, que já foi enviada para a Fundação. Sabemos do tempo político, tudo o que aconteceu, mas quero deixar registradas essas sugestões que vieram do setor.

Ainda sobre o PIC, quando nós o aprovamos, lá atrás, foi um parto a fórceps, e desde o início nós sabíamos que ajustes precisavam ser feitos, mas eles não foram feitos. Nós temos um tempo de validade do PIC e precisamos corrigir essas coisas e garantir que ele tenha aporte de recursos, prazos e celeridade, pois não dá para estarmos quase no final de 2024... Não é responsabilidade sua, Maria Teresinha, mas eu quero fazer esse registro para que nunca mais aconteça de chegarmos nesse período e ainda estarmos quase que findando os do ano passado. Quando a lei fala em noventa dias, isso é um problema de gestão e a gestão tem que resolver.

Trago aqui essa situação do PIC e o debate sobre as regras do PIC que inviabilizam os filmes, a produção. Isso também precisamos trazer, porque quando eu vou para as feiras, lá no extremo-oeste catarinense, em São João do Oeste, uma feira de exposição agrícola, tem lá recursos do PIC. Não consigo entender isso. Quer dizer, é isso mesmo, o PIC também serve para isso? Essa é a finalidade, financiar todas as feiras municipais?

Então essa preocupação temos que ter, porque acho que é desvio de foco, não é? Eu vi isso, ninguém me contou. Eu estava lá na feira, todo mundo enaltecendo a feira, ótima feira, quero feira em todos os Municípios, mas o recurso do PIC, cuja legislação nós construímos aqui, é para isso?

Foi citado aqui pela Carol a *film commission* também, não é? Nós apoiamos esse projeto, acho que precisa, acho que o Estado tem a ganhar com isso, a exemplo de outras regiões no país que cresceram muito, mas nós precisamos ter uma comissão que cuide disso, com critérios transparentes, e que possa avançar. E eu já mencionava, inclusive para a Teresinha, que nós temos disposição de ajudar.

No Sistema Estadual de Audiovisual, como já foi falado... E nós também gostaríamos muito que todos os recursos federais e estaduais sempre tivessem total transparência na sua aplicação, porque quando não têm transparência ficamos perguntando no que foram usados e, às vezes, não é má-fé, mas como eu não sei, eu acredito no que me contam, não é? Então a Fundação ainda não divulgou sobre as sobras da LPG. Nós sabemos que tudo foi usado, mas no que foi usado? Essas questões sempre precisam ser transparentes.

Eu iria trazer mais alguns elementos, porém não quero me apropriar de um tempo maior. Mas quero dizer que nesta audiência temos que ter papo reto. Nesta audiência vimos para cá não para nos enganarmos, não para por flores ou para atacar um ao outro, mas para dizer que temos esses problemas e que essas são as saídas que, coletivamente, na função e na responsabilidade diversa cabe aqui encontrá-las. A nossa responsabilidade é entrar o ano melhor do que este que está terminando, eu espero e acredito nisso. Está bom, pessoal?

Muito obrigada e boa audiência para nós.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO – Boa noite, pessoal. Sejam bem-vindos, bem-vindas e “bem-vindes”. É muito bom ter vocês aqui conosco.

Quero fazer um cumprimento geral à mesa, e não vou me alongar demais, porque estamos aqui mais para ouvir as mais de vinte pré-inscrições que já temos estabelecidas, mas gostaria de reforçar as palavras da Deputada Luciane Carminatti e desejar uma boa gestão, porque Santa Catarina merece uma gestão que olhe para a pluralidade, para a diversidade e que garanta o mínimo básico para que isso aconteça no nosso Estado, principalmente na cultura.



Parabenizo a equipe técnica da Fundação Catarinense de Cultura pela participação e agradeço, imensamente, ao Guto e à Manu por estarem ajudando a coordenar esse trabalho da Frente Parlamentar do Audiovisual Independente de Santa Catarina. É uma inovação uma Frente Parlamentar como essa que dialoga com a Comissão de Educação e Cultura, mas, mais do que isso, que consegue também construir uma Frente Parlamentar ouvindo uma série de organizações, de instituições e de segmentos do audiovisual de Santa Catarina.

Temos conhecimento que o investimento no audiovisual tem um retorno que se multiplica por quatro, por cinco ou por seis para a sociedade, do ponto de vista financeiro. Mas mais do que isso, é um instrumento de construção de narrativas sobre contar histórias e apresentar narrativas para a sociedade construir o presente e o futuro. Sabemos o que está em jogo quando esse setor não é, realmente, apoiado e financiado na sua pluralidade. E quero ser muito sincero nesse sentido, porque quero que os investimentos e os recursos sejam aplicados garantindo uma construção de narrativas que alcance aquilo que temos de patrimônio cultural, material e imaterial, paisagístico, e de todas as formas de vida e de diversidade que o Estado de Santa Catarina tem.

Esse é um grande instrumento de transformação social, de economia, um grande instrumento para contar as nossas histórias, e um grande instrumento para apresentar tudo aquilo que, muitas vezes, é invisibilizado pelos grandes instrumentos de comunicação, que são movidos por muito dinheiro, mas, principalmente, porque há disputas de narrativas colocadas. Então é fundamental fazermos esse investimento público e garantirmos que os editais realmente cheguem.

Quero me colocar aqui, e tenho certeza que a Deputada Luciane Carminatti também, sobre o esvaziamento e a ausência de mão de obra para trabalhar lá na Fundação Catarinense de Cultura. O que isso significa? Quando temos esse cenário, precisamos criar mecanismos, como concurso público, chamamento, fazer parcerias e, principalmente, na construção dos editais convidar os setores para participar desse processo, erra-se muito menos, evita-se perder dinheiro, evita-se não chegar o dinheiro na ponta. E a forma de fazer isso, às vezes, é convidar, é chamar o setor para discutir o edital, fazer um debate anterior ao edital, criar e manter os critérios que estão sendo colocados. Acredito que possamos caminhar para isso, não é? Tenho certeza absoluta e estamos aqui acreditando nesta audiência pública como instrumento para dar um passo à frente ou passos à frente.

Então, eu quero me colocar inteiramente à disposição e a nossa Frente Parlamentar também está à disposição para fazer esse diálogo, inclusive como instrumento para melhorar os procedimentos dos editais, para errarmos menos e para que o dinheiro chegue na ponta mais rapidamente.

Coloco-me à disposição, repito, e agora abriremos a palavra para as pessoas que fizeram a inscrição previamente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Pessoal, agora eu vou explicar a dinâmica desta audiência, mas, antes disso, quero agradecer, pois nós temos cinquenta pessoas *on-line*. Obrigada a todos que estão em casa, no trabalho, enfim, acompanhando também esta audiência.

Quando foram enviados os convites, nós tivemos pessoas que já foram respondendo e já se inscrevendo, representando os setores, as entidades, as instituições. Nós já temos previstos dezenove inscrições, portanto nós vamos limitar o tempo em três minutos, porque se nós temos dezenove inscrições... Eu vou ser bem chata aqui com o tempo e as plaquinhas também serão bem chatas, não é (*risos*)? Eu e o Marquito vamos fazer assim: eu chamo um e o Marquito chama outro, pode ser? Vamos fazer assim, combinado? Vamos dividir tarefas, homens e mulheres sempre dividindo tarefas, senão sobrecarrega.

O tempo vai ser de três minutos para falar aqui da tribuna. Acho que faremos de dois em dois, porque eu chamo dois, você chama dois, Marquito, e as pessoas já se



preparam, fica melhor, não é? Eu chamo os dois primeiros, aí o primeiro fala e depois o segundo. Sugiro evitar cumprimentar todo mundo para não perder tempo, nem a mesa, nem as pessoas, e dar o recado, porque aí aproveitamos melhor o tempo.

Ao final podemos avaliar se vai haver necessidade de mais falas que não foram contempladas em algum momento e, aí, abriremos para mais duas ou três falas. Esta vai ser a dinâmica.

Primeiro fará uso da palavra a senhora Maria Simioli, da Cinemateca Catarinense, que tem um vídeo gravado e, depois, o senhor Armin Reichert, também com vídeo gravado.

(A senhora Marina Simioli, presidente da Cinemateca Catarinense, através de vídeo, manifesta-se sobre o Prêmio Catarinense de Cinema afirmando ser essencial uma revisão na Lei nº 15.746, de 2012, permitindo uma estrutura mais justa e abrangente para atender as necessidades culturais e regionais de Santa Catarina: inclusão de métricas regionais na lei para regulamentar o Prêmio, garantindo uma distribuição equitativa dos recursos e incentivos entre as mesorregiões do Estado; criação de categorias obrigatórias no Prêmio que contemplem as diferentes etapas da cadeia audiovisual; e criação de uma gerência de audiovisual na Fundação Catarinense de Cultura.) [Transcrição: Clovis Pires da Silva / Leitura: Reinaldo Takashima Ouriques]

Ouviremos, agora, o vídeo do senhor Armin Reichert, do Coletivo Audiovisual Lageano.

(O senhor Armin Reichert, membro do Coletivo Audiovisual Lageano (CAL), através de vídeo, manifesta-se fazendo a leitura do documento: “Carta do Coletivo Audiovisual Lageano”.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO – Passo a palavra para a senhora Valeska Bittencourt, que representa o Fórum Setorial Permanente do Audiovisual Catarinense, e, na sequência, ao conselheiro da Associação de Profissionais do Audiovisual Negro da Região Sul (Apan), Gabriel Borges.

A SRA. VALESKA BITTENCOURT – Boa noite a todos. Saúdo a mesa e a todos os profissionais do audiovisual aqui presentes.

Esta audiência é uma demanda legítima do setor e trouxemos esse pedido na última assembleia do Fórum, que aconteceu no FAM. O Fórum Setorial Permanente do Audiovisual representa quase quinhentos profissionais, entre empresários, técnicos criativos, os quais estão todos comprometidos com a construção de um setor audiovisual forte e inclusivo.

(Passa a ler.)

“O audiovisual em Santa Catarina é um elo essencial entre cultura, economia e turismo, movimentando a economia local e promovendo a cultura catarinense. Apoiar o audiovisual significa, na prática, incentivar um patrimônio imaterial que gera identidade e riqueza para o Estado. O fomento audiovisual é também uma ferramenta para corrigir assimetrias econômicas, valorizando e preservando a nossa diversidade cultural. A vitalidade do setor está diretamente ligada ao amadurecimento das políticas culturais.

Santa Catarina, em especial, vem fortalecendo o seu audiovisual nos últimos anos. O diálogo entre o governo estadual, as entidades e as instâncias nacionais cresceu, o que também ajudou a expandir o número de produtoras e os cursos universitários na área, formando profissionais com excelente capacitação.

O Prêmio Catarinense de Cinema é fundamental para o setor, mas o edital deste ano trouxe mudanças inesperadas que afetaram o equilíbrio e a diversidade de participação. Observamos a exclusão de categorias importantes, como as de desenvolvimento e de indutores para mulheres e LGBTQIAPN+, além de alterações na categoria de curtas, refletindo um distanciamento das necessidades do setor.

Portanto, uma das nossas principais reivindicações em curto prazo e de modo urgente é a necessidade de uma gerência de audiovisual dentro do MIS, a qual tenha compreensão dessas especificidades. O decreto de 1998, que criou o Museu da Imagem e do Som (MIS), estabelecia que esse ficaria sob a Gerência de Cinema e



Vídeo, que agora não existe mais. Então é necessária uma revisão da Lei 12.241 que estabelece o edital, a fim de adaptá-la às necessidades da sociedade e que esteja prevista em lei a consulta pública ao CEC e à sociedade civil, bem como seja feita a alteração do nome para Prêmio Celso dos Santos.

Para promover um avanço significativo, o Fórum solicita, em médio prazo, a criação de uma Secretaria da Cultura em Santa Catarina com uma gerência de audiovisual. Essa estrutura fortaleceria a compreensão das especificidades do setor, fomentando uma gestão inclusiva e participativa que valorize a diversidade da nossa sociedade. Além disso, é importante qualificar as bases de dados e promover uma escuta ativa entre governo e setor a fim de que o exercício crítico da gestão seja eficaz e relevante.”

Agradeço a todos os presentes e acredito que este dialogo seja fundamental para o desenvolvimento do nosso setor.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. GABRIEL BORGES – (*Passa a ler.*)

“Boa noite. Meu nome é Gabriel Borges, sou conselheiro da Região Sul da Associação de Profissionais do Audiovisual Negro (Apan), e quero, antes de mais nada, agradecer aos Deputados e aos gabinetes o convite, bem como celebrar a realização e a abertura desta audiência pública.

Hoje estou aqui para representar essa Associação, que atua desde 2016 pelo fortalecimento de profissionais “negres” e empresas vocacionadas para a reparação histórica em todo o ecossistema audiovisual, pela instituição e pela manutenção de ações afirmativas para a reparação histórica.

Por isso eu destaco a importância desta audiência para nós a partir da capilaridade, da possibilidade de impacto do Prêmio Catarinense de Cinema para o fomento e estímulo à produção de obras e arregimentação do cinema catarinense e da economia na área.

Quero salientar que o prêmio é fundamental para a garantia da realização de um cinema catarinense que respeite a diversidade do Estado e atue em seu favor, como toda política pública deve ser, claro, ainda de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial, da reparação histórica em nosso país, para a construção de uma economia do audiovisual catarinense que também contemple pessoas negras e indígenas, subalternizadas até então na construção do audiovisual e na economia do audiovisual no país e neste Estado.

Celebramos as iniciativas aplicadas em outras edições do Fórum por incluir ações afirmativas nos editais, mas salientamos a necessidade de expansão, da manutenção e da criação de uma política estruturante que garanta não só a inclusão de cotas, mas também ações afirmativas na sua variedade e possibilidade, e, claro, que garanta a reserva de vagas para proponentes negros e indígenas e para empresas vocacionadas para a reparação histórica, nos termos já instituídos no Ministério da Cultura (MinC), no Estatuto da Igualdade Racial e também nos últimos editais da Ancine e do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA).

Destaco aqui a necessidade da criação de um projeto de lei que garanta e institua ações afirmativas nos editais de cultura do Estado de Santa Catarina, bem como a revisão do projeto de lei do Prêmio Catarinense de Cinema, de maneira a justamente garantir a regulamentação do Prêmio e a inclusão por lei de reserva de vagas e de outras ações afirmativas obrigatórias no edital – novamente seguindo o exemplo de legislação federal.

É fundamental a arregimentação em leis, mas também salientamos a necessidade de uma estruturação dessa política pública afirmativa, pensada justamente enquanto política pública, necessitando de construção coletiva em diálogo com a sociedade civil e também produção e análise de dados sobre as produções e empresas produtoras do Estado. Não no sentido de vigilância, mas, sim, de construção de política pública efetiva, como no caso o mapeamento, que é fundamental. Também destacamos



a necessidade da criação de mais espaços de diálogo e construção ampla, aberta e transparente com a Fundação Catarinense de Cultura, com a garantia de espaços de escuta efetivos para o audiovisual negro e o de populações vulnerabilizadas, tanto por expansão da participação do CEC nas decisões, como a expansão da participação do setor dentro do CEC, por exemplo a inclusão de uma cadeira específica que atenda as demandas do audiovisual negro, da cultura negra e das populações vulnerabilizadas.

Por fim, destacamos a proximidade dos editais de arranjos regionais e a necessidade de o governo reservar recursos para a garantia do aporte a esse incentivo federal de coparticipação, incluindo, claro, os 25% de reserva de vagas para empresas vocacionadas para a reparação histórica, como tem sido nos editais do FSA.”

Para as representatividades nas telas, estamos aqui falando e demandando participação na economia e na dinâmica econômica desse audiovisual.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Passo a palavra para a senhora representante do Conselho Superior do Cinema/MinC, Cintia Domit Bittar.

A SRA. CINTIA DOMIT BITTAR – Olá, boa noite, meus cumprimentos.

(*Procede-se à autodescrição.*)

Eu sou cineasta e sócia da Novelo Filmes, uma empresa produtora independente liderada por mulheres. Estou aqui como Associação das Produtoras Independentes do Audiovisual Brasileiro (API), que surgiu em 2018 e hoje conta com mais de duzentas empresas do Brasil todo.

Estou também no CSC, o Conselho Superior do Cinema, junto ao MinC, em num momento histórico, porque Santa Catarina nunca esteve nessas instâncias, mas hoje tem três pessoas no Conselho Superior de Cinema e também no Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual. Então é uma vitória.

Antes de começar a falar sobre o edital propriamente dito, quero falar sobre orçamento. É constrangedor que Santa Catarina coloque na LOA apenas R\$ R\$ 9 milhões, no caso para 2025. Eu me sinto profundamente constrangida com esse valor, especialmente tendo em vista outras ações de outros Estados, como a Bahia, que pretende destinar R\$ 30 milhões do próprio Estado para o setor no próximo ano. Com isso a Bahia pode trazer para os arranjos regionais um edital de aproximadamente R\$ 60 milhões, enquanto aqui estamos falando de R\$ 9 milhões no nosso orçamento.

Portanto, peço um esforço do Executivo e do Legislativo para que revejam a posição do Estado em relação ao audiovisual, que é um dos pilares da indústria criativa.

Além disso, quero destacar o plano de ação 2024 que trouxe uma excelente notícia para Santa Catarina, que é a volta dos arranjos regionais, interrompidos em 2019, e a destinação de 20% do orçamento do FSA para os nossos Estados FAMES. Isso é histórico também e essas são vitórias do nosso setor organizado. [*Transcrição: Vera Zacca / Leitura: Janis Joplin Zerwes Leite / Leitura Final: Dulce M. da Costa Faria*]

Quero fazer um apelo para que a política pública do nosso Estado seja baseada em evidências, em dados, em indicadores, considerando a potencialidade e a necessidade de cada região e de cada grupo fazedor de audiovisual aqui do Estado.

É importante pensar na empregabilidade, acabar com esse pensamento de distribuir dinheiro pensando em proponente de projeto, porque é um projeto que contrata pessoas. O dinheiro da política pública não é para ir apenas para os donos das produtoras, para os diretores ou para os produtores de um projeto. É para ir para o “chão de fábrica”, para as pessoas da elétrica, da maquinária, e isso se faz contratando pessoas, tendo orçamentos coerentes, respeitando o piso salarial, porque essa é uma conquista histórica.

Então, peço esse esforço do Executivo e do Legislativo para que informemos o setor sobre todos esses temas, que são trabalhistas e também do desenvolvimento da nossa indústria.

Muito obrigada. (*Palmas.*)



A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Passo a palavra para o Luck Banke.

O SR. LUCK YEMONJA BANKE – Boa noite a “todes”.

(Procede-se à autodescrição.)

Para mim é muito difícil falar todas as coisas que gostaria de falar no tempo que temos, de três minutos, mesmo sendo esse um momento histórico, um momento em que percebemos que a história não mudou, pois, infelizmente, apesar de serem parceiros nossos, ainda são pessoas brancas ocupando os mesmos lugares de poder, e temos falado sobre isso. Eu acho que existem algumas radicalidades, que parecem radicalidades, mas na verdade não são, são demandas por direitos, de fato.

Quando o Marquito traz [dados] sobre o audiovisual, uma coisa que ninguém trouxe, eu não vou trazer mais números, dados etc. e minúcias sobre as leis, porque sei que a branquitude é muito boa nisso. Nós estamos aqui somente entendendo que esse recurso não está chegando aonde tem que chegar. Temos falado sobre distribuição de recursos e acesso a essas narrativas que serão apresentadas lá fora, porque inclusive estamos disputando campos de um imaginário que envolve a cultura, mas também envolve a educação, envolve toda a subjetividade de um povo.

Então, quando vejo um edital – e digo isso porque sou pernambucano radicado aqui em Florianópolis, é aqui que eu faço cultura, é aqui que eu faço audiovisual, é aqui que eu me articulo com os meus pares – que vai privilegiar a cultura catarinense, isso me parece muito eugenista, como tem sido ao longo da história de Santa Catarina. Então eu queria entender também o que é isso: cultura catarinense. Mas não vamos conseguir dar conta disso agora.

Quero dizer que os três minutos me lembram muito o Ailton Krenak, na Constituinte, quando ele pintou a cara em sinal de luto e guerra, anunciando também um estado de guerra, porque nós não somos da xenofobia, somos da xenofilia, não somos da guerra. Então, quando pintamos a cara, pintamos anunciando guerra, mas também luto, um luto sobre o qual eu tenho apenas um minuto para falar, para explicar essa guerra que estamos declarando. Nossa guerra não é de ódio, não é de violência. Nossa guerra é para poder ter acesso a uma câmera na mão, a recursos e a trabalho.

As pessoas que estão aqui hoje, em sua maioria, são de esquerda e estão puxando esse trabalho, porque as pessoas de direita estão se orgulhando de não precisar de dinheiro público. Mas nós precisamos e, mais do que isso, é o nosso direito, porque este Estado/Nação nos deve tudo, a nós, aos povos indígenas, aos povos afrodiáspóricos, eles nos devem tudo. Estamos aqui, sim, para reivindicar acesso aos recursos, mas antes de tudo, também estamos aqui para dizer que estamos em guerra.

Não tenho tempo para dizer a quantidade de coisas que nós precisaríamos dizer aqui, inclusive a dificuldade que temos internamente de articular as nossas próprias demandas dentro do próprio setor. Eu não tenho muito tempo de fala, mas vim declarar uma guerra em Santa Catarina. Uma guerra, sim, afetuosa, criativa, porque somos da arte e da alegria, mas não vamos recuar nem um passo, não vamos titubear, estamos aqui para continuar, e isso é só o começo.

Quero também dizer – já que a Teresinha trouxe os ouvidos e estão aqui os Deputados e a nossa conselheira e parceira de sempre, a Carol – que nós não vamos mais terceirizar a nossa luta. Precisamos de representação ativa em todos os espaços, precisamos ser ouvidos também atrás das mesas, com um tempo mais tranquilo de fala, para podermos articular melhor as nossas demandas. E quero dizer também que o CIC, Teresinha, é do povo e precisa voltar para o povo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO – Obrigado, Luck.

Passo a palavra para a senhora Aline Belli, do Sindicato da Indústria Audiovisual de Santa Catarina (Santacine) e depois para o senhor Jucelino de Almeida Filho, do Portal dos Saberes Laklãnõ-Xokleng.

A SRA. ALINE BELLI – Olá, boa-noite.



Soft power, não é? A cultura que viaja com as nossas narrativas. É isso: nós precisamos ter essa construção e fazer esse trabalho.

Boa noite a todos que estão aqui presentes e a todos que estão em casa nos acompanhando. Quero agradecer por este espaço, precisamos destes espaços de mais troca e de construção para sermos ouvidos e termos este momento de fala.

(*Passa a ler.*)

“O audiovisual de Santa Catarina tem se destacado no país e internacionalmente. Nos últimos anos tivemos duas obras do Estado – um longa e um curta – na corrida para o Oscar e vários finalistas e premiados no Prêmio Grande Otelo do Cinema Brasileiro, obras licenciadas para canais de TV e *streaming* no Brasil e no exterior, algumas traduzidas para mais de oitenta idiomas. Somos reconhecidos por nossos próprios festivais de cinema e também pela presença em instâncias nacionais, como no Conselho Superior de Cinema (Ministério da Cultura), no Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual e na Comissão Nacional de Incentivo à Cultura.

E ao projetar Santa Catarina no cenário nacional e internacional, o setor também atrai investimentos para outras áreas. Um dado importante a ser compartilhado é que cerca de 60% do orçamento de uma produção fica em setores transversais, como hotelaria, alimentação, têxtil, moveleiro e TI. Dentro desse contexto, o edital do Prêmio Catarinense de Cinema (PCC), é uma ferramenta muito importante. Com a retomada dos arranjos regionais, temos a possibilidade de trazer mais recursos para o nosso Estado. A verba total para a região do FAMES, do qual Santa Catarina faz parte, será de R\$ 90 milhões, e a solicitação por Estado vai variar conforme o investimento local, tendo um teto estipulado pela SAV, sendo a previsão para a abertura das inscrições janeiro de 2025.

E para dar encaminhamento a essa movimentação do PCC, com arranjos regionais e ter um foco nas políticas públicas do audiovisual, com pessoas que entendam as especificidades da área, e também pelas possibilidades de coproduções entre cidades, Estados e também internacionais, solicitamos a criação de uma gerência do audiovisual dentro da estrutura da FCC. Essa gerência também pode capitanear a implementação da *film commission*, que já falamos aqui, para trazer mais produções a serem feitas em Santa Catarina, trabalhando a questão dos *tax rebates*, que são muito importantes, gerando mais negócios e mais exposição para o nosso Estado.”

Agradeço a atenção e encerro por aqui. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO – Passo a palavra para o senhor Juscelino de Almeida.

O SR. JUCELINO DE ALMEIDA FILHO – Boa noite.

Estou aqui representando o Portal de Saberes Laklãnõ-Xokleng. Sou cineasta indígena, tenho 29 anos, e gostaria de dizer que o Prêmio Catarinense de Cinema tem uma importância gigantesca para a contação das histórias indígenas. Os indígenas catarinenses, assim como os do Brasil inteiro, são ótimos contadores de histórias.

Porém, gostaria de apresentar aqui as nossas demandas para que o edital possa melhorar também para nós. A forma burocrática como o edital tem sido apresentado para os povos indígenas, especialmente em relação à representação de cotas, não nos proporciona a entrada massiva, dentro das regras do edital, uma vez que grande parte dos povos indígenas ainda não tem acesso à forma da escrita de editais.

Sou um cineasta recente, com três anos de experiência como cineasta indígena, um dos primeiros a chegar aqui e a fazer parte do Fórum do Audiovisual Catarinense. E, com muito orgulho, tenho a falar para vocês que o cinema indígena catarinense tem vencido grandes prêmios nos últimos anos. Um exemplo disso é o nosso filme “Vãnh Gõ Tõ Laklãnõ”, que foi finalista do Prêmio Grande Otelo e fomos também vencedores do Prêmio Canal Brasil de Curtas – Documentários (*palmas*). Isso demonstra a força que tem o audiovisual indígena de Santa Catarina.

Porém, ainda somos deixados de lado quando a nossa situação não é ouvida, porque o sistema é muito burocrático. Talvez pudéssemos pensar em uma maneira



mais prática de inserir os indígenas e as pessoas que não têm tanto acesso à linguagem do audiovisual. Uma alternativa seria permitir a entrada através de vídeo *pitch*, que é uma forma mais fácil, ou por maneiras menos burocráticas, que não nos façam recorrer a grandes empresas, vendendo assim as nossas histórias para que possam ser ouvidas, mas que não saem das nossas próprias bocas.

Então eu faço aqui um apelo para que tenhamos um mecanismo próprio, pois os nossos mais velhos, que são ótimos contadores de histórias, não sabem se inscrever em editais. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Passo a palavra para a senhora Sandra Alves, do Cine Fórum Preto Indígena Sapatransviade do Atlântico Sul e depois para a senhora Maria Augusta Vilalba Nunes, do Fórum Setorial Audiovisual de Florianópolis.

A SRA. SANDRA ALVES – Boa noite.

Agradeço a presença de “todes”. Eu sou cineasta daqui desta Ilha, deste Estado, deste mundo.

(*Passa a ler.*)

“No ano passado o manifesto antirracista do cinema negro e indígena foi ridicularizado nesta Casa pela Deputada Ana Campagnolo – eu não gostaria nem de citar esse nome –, que expressou uma profunda ignorância acerca da complexidade histórica e civilizatória que envolve a realidade das pessoas afrodiáspóricas, indígenas e LGBTQIAPN+, fato este que reforça ainda mais a urgência de descentralizar o acesso aos recursos para que as nossas populações possam reparar de forma qualificada a narrativa histórica deste país, que se constitui de forma plural, submetida às mazelas coloniais.

Desculpem, estou um pouco nervosa, pois é um momento importante para nós, porque nunca estivemos aqui e sempre fomos invisibilizados. Eu faço cinema há trinta anos aqui neste Estado, saem páginas no jornal e ninguém nos cita. Isso é insuportável.

Na verdade, estou aqui representando a articulação do Cine Fórum de pessoas Negras, Indígenas, Sapatransviades do Atlântico Sul. É isso gente, é tudo misturado, nós não somos binários, mas a tecnologia ancestral sim, tem um binarismo muito importante para toda a tecnologia que foi desenvolvida neste mundo.

Vou ultrapassar os três minutos, Deputado, peço licença.

Então, retomando.

(*Continua lendo.*)

“Com a criação do Cine Fórum Preto Indígena Sapatransviade do Atlântico Sul reafirmamos, em consonância com a Associação de Profissionais do Audiovisual Negro (Apan) – o Gabriel está aqui e é muito importante a presença dele, nosso representante do Sul, assim como da Associação dos Profissionais Trans do Audiovisual, Rastricinha, Luck, toda a meninada junto – que não deixaremos mais brecha para que se pense em políticas públicas para o setor neste Estado e neste país sem a nossa participação ativa, que transcende qualquer identitarismo. Trata-se, portanto, de honestidade histórica e reparação para as populações que constituem de forma plural a cultura brasileira. [*Transcrição: Djonathan Costa / Leitura: Clovis Pires da Silva*]

Reivindicamos a nossa participação nos espaços de controle social e construção de políticas públicas por meio de um fórum organizado para as nossas pautas específicas, seja nos conselhos, nos comitês ou nas frentes parlamentares, não aceitaremos representações terceirizadas e que não estejam alinhadas com as nossas demandas.

Reforçamos também a urgência de uma legislação em Santa Catarina que garanta essa descentralização dos recursos para o audiovisual, bem como de políticas e editais específicos para as produções dos audiovisuais “negres”, indígenas e LGBTQIAPN+, evitando absurdos como a supressão dos indutores e da eugenia histórica, a exemplo do que ocorreu no último edital do Prêmio Catarinense de Cinema deste ano, no qual mulheres, bichas ou sapatões puderam participar.



O nosso audiovisual engrandece a cultura, a educação e promove uma sociedade mais justa, e não recuaremos nenhum passo, seguiremos adiante, sem titubear, pelos nossos direitos neste Estado-Nação.”

Agradeço. (*Palmas.*)

A SRA. MARIA AUGUSTA VILALBA NUNES – Olá. Eu estou representando o Fórum Setorial Audiovisual de Florianópolis.

(*Procede-se à autodescrição.*)

Primeiramente cumprimento todos. Lerei alguns pontos que nós, da Setorial de Floripa, pensamos em trazer para vocês.

(*Passa a ler.*)

“Números dos relatórios da FCC atestam que Florianópolis é o Município com maior demanda de recursos, tanto pela presença de empresas, profissionais e estudantes, quanto pelo volume de inscrições de projetos. Percebam que, em nosso Estado, esse maior volume não se dá na cidade com a maior população, nem nas cidades com o maior PIB, mas, sim, em Florianópolis, referenciando a vocação do Município para a atividade audiovisual.

Nacionalmente há maneiras de distribuir por região e, recentemente, reivindicamos o mínimo de 20% para os Estados FAMES, que são os três Estados do Sul do Brasil, Minas Gerais e Espírito Santo. Nossos dados se basearam nos números de inscrições de projetos e números de empresas, o que gera um indicador que oscila entre 18% e 22%. Por isso, achamos justo que a distribuição de recurso, regionalmente, tenha responsabilidade e coerência e não se pautar meramente em ação distributivista. É preciso observar a demanda real e também o tipo de fomento necessário para cada lugar.

Cabe frisar que o Estado de Santa Catarina é muito menos igual do que outros Estados do Brasil, sob vários aspectos. Citamos: a maior população e os maiores PIBs não estão na Capital; temos quinze cursos superiores de cinema e correlatos espalhados por Santa Catarina; temos editais municipais e leis de incentivo municipal em vários Municípios. Nesse sentido, frisamos que Florianópolis concentra a maior demanda, mas só teve dois editais lançados e pagos desde 2015.

Por isso, para nós é tão importante as políticas públicas do Estado, pois infelizmente não podemos depender do Município.”

Vale lembrar também que os editais deveriam possuir um valor maior – como já foi falado –, para assim termos uma distribuição mais justa. É preciso que o governo estadual preveja valores maiores para o Prêmio Catarinense de Cinema, para suprir as necessidades do setor audiovisual no Estado.

Por fim, chamo a atenção para a questão dos indutores nos editais, para que tenhamos indutores amplos, como foi no edital de 2023, que além dos indutores e cotas para projetos de pessoas negras e indígenas, também houve indutores para mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, o que não teve no edital deste ano, mas esperamos que isso volte.”

É isso. Valeu. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO – Passo a palavra para a senhora coordenadora do Comitê Gestor do Núcleo de Produção Digital de Santa Catarina, Gizely Cesconetto, e, depois, para a senhora Marilha Naccari, do Fórum dos Festivais.

A SRA. GIZELY CESCO NETTO – Boa noite a “todes”.

(*Passa a ler.*)

“Estou aqui como representante do Comitê Gestor do Núcleo de Produção Digital de Santa Catarina (NPD-SC), que é um espaço democrático, gratuito e acessível a todas as classes da sociedade, dedicado à formação, produção e difusão do audiovisual. Nossa atuação está integrada aos pontos de exibição não comerciais e cineclubes em todo o Estado de Santa Catarina, com o objetivo de estimular polos de desenvolvimento do setor audiovisual. São palavras bonitas, não é?”



Esse Núcleo representa uma política pública participativa dentro do ecossistema cultural de Santa Catarina. A gestão é coordenada pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), sediado no *campus* Florianópolis, e conta com a colaboração ativa e deliberativa de várias entidades importantes, como o Conselho Estadual de Cultura (CEC), o Setorial do Audiovisual de Santa Catarina, o Fórum Setorial Permanente do Audiovisual de Florianópolis (FSAF), a Cinemateca Catarinense, a Associação Brasileira de Documentaristas de Santa Catarina (ABD/SC) e o Sindicato dos Trabalhadores do Cinema e do Audiovisual de Santa Catarina (Sintracine), que fazem parte do comitê gestor que eu coordeno.

O NPD-SC faz parte da política pública estabelecida pelo Plano Nacional de Cultura, instituído pela Lei nº 12.343/2010, que define como meta que todas as Unidades da Federação devem possuir ao menos um Núcleo de Produção Digital para fomentar o audiovisual. E nós ainda não chegamos nem na metade e essa meta já era para ter sido concluída, não é?

Em 2014, portanto há uma década, recebemos um recurso federal de R\$ 300 mil, via descentralização orçamentária do Ministério da Cultura (MinC) e da Secretaria do Audiovisual (SAv), para a aquisição de equipamentos. *Kits* fechados, já obsoletos à época e completamente desorganizados; eram *kits* bizarros, nada fechava com nada. E mais do que esse valor, o IFSC já se dispôs, em contrapartida, a transformar esses *kits* da antiga gestão do MinC em algo adequado. Passaram-se dez anos e nós não recebemos nenhum recurso efetivo destinado diretamente ao NPD-SC. No entanto, R\$ 88 mil desses R\$ 300 mil tiveram que ser devolvidos por falta de propostas nas licitações. Não chegou nem perto dos R\$ 300 mil.

Durante todo esse tempo a manutenção dos equipamentos, a atualização de *softwares* e a contratação de estagiários externos das áreas de audiovisual, cinema e animação têm sido sustentadas pelo IFSC sem apoio adicional. Ah, mas é instituição federal, é da educação, lembra? Estamos falando de um setor da cultura, sediado dentro de uma instituição de educação federal técnica e tecnológica. Não há orçamento previsto do IFSC para isso. Lá dentro nós somos disputa, de território e de orçamento. Nós estamos disputando, internamente, um orçamento que, vocês sabem, tem a Emenda Constitucional nº 95, também conhecida como a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos. Então nós temos metade do orçamento que tínhamos quando foi criado o NPD dentro do IFSC.

Hoje estamos operando com os mesmos equipamentos de captação de imagem e som, filmadoras, gravadores e lentes que adquirimos há dez anos. A desatualização tem impactado significativamente a procura pelos equipamentos. O setor não está mais procurando o NPD, recebemos um, dois pedidos de empréstimo.

Então, eu faço um apelo urgente: precisamos de investimentos para renovar esses equipamentos. O Estado precisa, o NPD é estadual, a implantação foi com uma verba do governo federal, mas é responsabilidade estadual fortalecer a rede de formação, garantindo que os colaboradores possam ser reconhecidos e remunerados. É fundamental pensarmos em alternativas. Nós não estamos previstos em nenhuma política estadual hoje, nem na Lei Aldir Blanc, nem no Plano Estadual de Cultura. Nós somos invisibilizados! O NPD, para o Estado de Santa Catarina, não existe!”

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. MARILHA NACCARI – Está frio, bem frio, mas que seja somente o ar-condicionado, não é?

(*Procede-se à autodescrição.*)

Cumprimento a galera, e vocês logo saberão o porquê usar essa expressão, que não me cabe tanto na forma como eu me expresso.

(*Passa a ler.*)

“Estou aqui para falar sobre o Prêmio Catarinense de Cinema, uma iniciativa fundamental para o fomento do audiovisual em nosso Estado.



É com imensa honra que destaco a proposta encaminhada ao CEC pela conselheira Carol Borges de renomear o prêmio com o nome de Antônio Celso dos Santos – meu pai e de Tiago, que está aqui presente (*palmas*) –, que completou um ano de seu falecimento no último mês. Solicito a continuidade dessa proposta de homenagem, uma vez que agora temos reunidas ambas as Casas, Executivo e Legislativo, e que quando perguntei, não sabiam mais como deveríamos proceder. Então, aproveite essa fortuna aqui.

Celso dedicou sua vida a ampliar o acesso ao cinema e a buscar o sonho de tornar o audiovisual uma vocação viável em Santa Catarina, evitando a necessidade de evasão, que ainda segue. Celso esteve junto, com tantos que estão aqui, na construção e reivindicação da criação de *film commission*, de lei de incentivo fiscal estadual e tantas outras. Esse sonho se concretizou com o FAM, o festival de cinema mais antigo do Estado, que ele fundou e sustentou com enorme dedicação.

Festivais têm o poder de inspirar inúmeras pessoas e hoje seguimos esse exemplo, também estando aqui. É vocação dos festivais aproximar a população da produção audiovisual. Festivais criam demanda de mercado e desenvolvem competências técnicas, fortalecem o ecossistema produtivo do setor e o imaginário da população, que é tão precioso.

Em um País onde menos de 10% das cidades possuem salas de cinema – e Santa Catarina ainda está aquém desse índice –, os festivais têm um papel essencial. Hoje contamos com festivais de destaque, como Mostra Infantil, Transforma, Festival de Chapecó, da Serra, São Chico, Festival de 16mm, Experimental, entre outros. São tantas vertentes, 25 eventos foram contemplados no último edital, assegurando que as obras catarinenses tenham lugares de exibição e de contato com o público.

Por isso é imprescindível discutirmos a criação de uma gerência de audiovisual na estrutura pública e no MIS, com novos funcionários e cooperação com a sociedade, com justiça social e equidade para a produção. E também festivais, pesquisa, educação, acervo e pioneirismo. Nós, em Santa Catarina, somos muitos pioneiros, mas não demos continuidade.

Que os festivais sejam lembrados. Festivais, presente! Celso, presente!”
(*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Celso, presente.

Chamo agora para fazer uso da palavra o representante da Associação de Cinema e Vídeo de Chapecó e Região, Cassemiro Vitorino, neste ato representando o coordenador-geral da Cinelo, Augusto Zeiser, e na sequência fará uso da palavra o vice-presidente do Instituto Catarinense de Cinema, Fábio Cabral.

O SR. CASSEMIRO VITORINO – Boa noite a “todes”.

É um prazer estar aqui pela terceira vez. A primeira vez foi em 2008 para receber o Prêmio do Cinema Catarinense, que era o antigo Prêmio Catarinense de Cinema, que nós ganhamos lá em Chapecó, e a segunda vez foi quando vimos aqui para, justamente, receber o prêmio da TVAL que selecionou três filmes da região oeste. Então, é um prazer estar aqui hoje discutindo essas demandas que o pessoal trouxe.

Eu vou trazer alguns números. Como eu falei, nós não temos indicadores, mas em 2019 – por isso que o PCC é tão importante para o audiovisual catarinense – a região oeste teve dois prêmios de telefilmes; em 2020 teve um projeto de telefilme; em 2021 teve um projeto de telefilme; e em 2023 nós não tivemos nenhum projeto de telefilme, porque a regionalização saiu da pauta do PCC e a Cinelo tem trabalhado junto com as entidades para discutir essa centralização. Quando falamos de indicadores, a região oeste recebeu de 2019 a 2023 um montante de R\$ 1.381.000,00. É um valor que não é nada. Se formos ver, são quatro prêmios de R\$ 200 mil. Onde é que está a descentralização? [*Transcrição: Reinaldo T. Ouriques / Leitura: Fabiano Antonio de Souza*]



A nossa companheira Deputada sabe o que fazemos lá em Chapecó. O nosso dever de casa como entidade de Chapecó, como Cinelo, nós fazemos no local, nós cobramos. Então lá nós temos feito o nosso dever de casa, mas com o Prêmio Catarinense de Cinema não estamos conseguindo.

Essa descentralização é muito importante, Presidente, porque hoje nós temos, só em curta-metragem, com essa descentralização que foi feita por cotas, R\$ 1.206.000,00 na região de Chapecó. Podem pensar que eu estou falando somente de Chapecó, que somente Chapecó tem isso. O meu tempo vai se esgotar, mas eu teria outros números de projetos de cinema que foram feitos lá para os festivais que conseguimos desmembrar nas discussões que tivemos. Mas eu vou trazer um outro número importante e que talvez muitos não se dão conta.

Pediram indicadores aqui, não é? Eu tenho um indicador para trazer que é o de 118 Municípios na região oeste catarinense. E Chapecó tem esse montante, mas não é nada, são quatro filmes, são seis filmes, pode representar um valor que gerou emprego, gerou uma demanda, gerou Imposto de Renda, gerou uma série de coisas, mas dos 118 Municípios falaram aqui de indicadores... A região oeste, de 118 Municípios, dá simplesmente cinco vezes mais que a região da Grande Florianópolis. Então esses indicadores precisam ser descentralizados, sim.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. FÁBIO CABRAL – Boa noite, colegas. Eu sou um bebê nessa questão da atividade parlamentar, política, de construção do audiovisual catarinense, mesmo porque é muito recente a minha atuação.

Eu vim aqui mostrar a cara do Instituto Catarinense de Cinema, uma entidade recém-criada por um grupo de profissionais que acreditam piamente na industrialização da produção audiovisual catarinense. O que significa industrialização? É produzirmos filmes que resultem em objetos distribuíveis e comercializáveis no mundo inteiro, e eu fico bastante contente com os números trazidos pela Aline e com as colocações feitas pela Cíntia, porque todos nós somos totalmente de acordo com essas colocações das colegas.

Eu também gostaria de fazer uma reflexão, num âmbito até um pouquinho filosófico, dando base a isso que eu acabei de dizer para vocês, por ser um bebê nessa questão aqui, porque a minha atuação no audiovisual sempre foi ligada à área comercial do audiovisual, eu sempre fiz filmes para que se tornassem objetos de distribuição e comercialização, justamente porque precisamos, como a Cíntia falou muito bem, bancar e manter o chão da fábrica. Eu estou aqui representando não o Instituto, mas toda uma legião de profissionais que começa no motorista da Kombi e vai até a pós-produção.

Por isso eu venho falar aqui de um instrumento do qual eu, particularmente nos últimos cinco anos, trabalhei fervorosamente, e a querida Deputada Luciane se lembra quando nós construímos o PIC, no dia 12 de maio de 2020, e a única pessoa presente do nosso setor na sala de votação era eu – nós comemoramos, eu dei um abraço na Luciane, porque conseguimos a lei. E depois fomos para a luta da regulamentação, com todos os defeitos, com todos os erros. E nesse pequeno período de tempo o projeto historicamente 001 do PIC é um longa-metragem de minha proposição, que foi também historicamente o primeiro projeto aprovado, captado ao longo de 2020, filmado e finalizado em 2024.

Então eu gostaria de falar uma coisa muito importante: precisamos ter os produtos entregues. Falamos de Prêmio Catarinense de Cinema, mas não se falou de um número que veio à tona num esclarecimento feito a respeito desse edital tão questionado, o qual eu, particularmente, nem questiono tanto, porque nós saímos de um edital de 160 páginas que continha pegadinhas para um edital de 40 páginas, resguardando... Eu acredito que podemos voltar aos indutores, realmente, e a várias outras discussões, mas eu acredito que temos que olhar com carinho e com afinco para o nosso Programa de Incentivo à Cultura, que é o nosso ProAC, no qual eu trabalhei



tantos anos em cima de fomentos aos audiovisuais oriundos do ProAC, que isenta ICMS em São Paulo.

Muito obrigado a todos e eu gostaria de fazer essa reflexão que eu falei: se partirmos do princípio de que todos nós, presentes nesta sala, somos oriundos da mesma fonte criadora, nós deveríamos ter muito mais convergência do que divergência. É muito importante levarmos isso em consideração e também é muito importante levarmos em consideração a impermanência das coisas e da vida, porque provavelmente daqui a poucos cem anos todos nós não estaremos mais presentes discutindo essas coisas. Que possamos seguir confiando uns nos outros, apesar das divergências, mas produzindo a indústria audiovisual de Santa Catarina.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Eu quero fazer o registro da participação de algumas pessoas, tanto presença física quanto participações *on-line*. Temos a participação *on-line* da equipe da Fundação Catarinense de Cultura, da Liliana Alves e da Ana Lígia Becker (*palmas*); a Betita, que é coordenadora do MIS, assim como o Rafael Cândido e o Rodrigo também do MIS estão aqui conosco; o Augusto Zeiser, que é coordenador-geral da Cinelo, a Associação de Cinema e Vídeo de Chapecó e Região, que está *on-line*; o Walmer Junior, do Conselho de Política Cultural de Joinville, que está *on-line*; e o Caê Martins, Vereador eleito por São José e do Conselho Municipal de Cultura de São José.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO – Dando continuidade, convidamos a fazer uso da palavra a Gizely Cesconetto, que representa a Rede de Cineclubes de Santa Catarina, e na sequência o Arthur Gomes, que é a *drag* Suzaninha, titular do Conselho de Florianópolis da cadeira de Cultura LGBTQIAPN+.

A SRA. GIZELY CESCO NETTO – É isso que dá, né? A idade faz isso, os cabelos grisalhos nos colocam em situações de representação.

(*Passa a ler.*)

“Sou Gizely, membro do Cineclubes Ó Lhó Lhó, hoje aqui representando a Rede de Cineclubes Catarinenses, que atualmente está com 87 membros de diversas regiões do Estado unidos na luta por políticas públicas que valorizem plenamente o papel transformador dos cineclubes em nossas comunidades.

Embora não tenhamos uma organização oficial com CNPJ, nossa rede é forte e articulada. Estamos profundamente descontentes com o fato de que as políticas públicas atuais, como exemplo as Leis Aldir Blanc, Paulo Gustavo e PCC, nos enxergam apenas como pontos de exibição a serviço da produção audiovisual, determinando como e o que devemos fazer, estipulando inclusive quantas sessões, tempo de sessão etc. É um absurdo a imposição aos cineclubes!

Os cineclubes são muito mais que isso, são espaços de organização do público, promovendo transformação social, construção de vínculos, senso de pertencimento e comunicação comunitária. Os cineclubes catarinenses não se limitam a exibir e a debater filmes, isso é o nosso feijão com arroz. A nossa atuação é diversa: envolvemos a comunidade em estudos de linguagem, projetos de formação, desenvolvimento de mídias digitais, aplicativos, produções audiovisuais que expressem as comunidades, servindo como espaço de memória e comunicação da comunidade. Somos expressão e arquivo! Não somos só exibição!

Precisamos de políticas que reconheçam a nossa diversidade e ofereçam apoio para as nossas reais necessidades – vocês não sabem as nossas necessidades, não estão nos ouvindo e estão propondo política pública por nós –, como aquisição de equipamentos, infraestrutura básica, pagamento de contas (aluguéis, combustíveis) e remuneração dos agentes culturais e produtores, garantindo oferta de oficinas, cursos formativos e atuação regular, evitando as sazonalidades típicas de uma política exclusiva de editais. Quem disse que a Lei Aldir Blanc é edital? Pode ser de outra forma, não pode? Não pode ter fomento direto para atividades e coletivos, pensando de uma outra forma? Por que temos que ter concorrência entre nós mesmos? Por que não



podemos convergir de outra forma e pensar política pública de outra forma, sem concorrência?

O fato de fazermos cineclubes independentes de recursos financeiros, pois somos militantes e independente do que vem e nós fazemos, não significa que não tenhamos necessidades. Precisamos de alternativas para a criação e a desoneração do registro de associações sem fins lucrativos. Nós usamos o CPF, porque foi colocado na lei que é possível, pela falta de conseguir manter um CNPJ hoje em dia. Criar e manter um CNPJ custa em torno de R\$ 2.500,00 por ano, no mínimo, porque terá que ter contador, advogado, uma série de coisas. Então precisamos criar alternativas para essa organização democrática, ampliando a nossa capacidade de atuar e representar a nossa comunidade.

Pedimos, portanto, que as políticas públicas reconheçam o cineclubismo como um movimento social contra-hegemônico, com interesses próprios e uma função que vai além da difusão audiovisual, abraçando a transformação cultural e social das nossas comunidades.”

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. ARTHUR GOMES – Oi, gente. Eu sou Arthur, representante do Setorial de Cultura LGBT, mas também um dos produtores da Transforma, Festival Internacional de Cinema da Diversidade de Santa Catarina.

Então aqui, por primeiro, quero me apresentar para a Maria Teresinha – olá, muito prazer – e pedir encarecidamente que vocês tirem o nosso nome da listinha da censura lá dentro da Fundação Catarinense de Cultura, porque não aguentamos mais passar por isso (*palmas*). E digo isso em relação a como é complexo passar por censura, não é? Nós, até então, não acreditávamos que isso estava acontecendo, e ainda não acreditamos que estamos passando por isso, porque a Transforma foi proibida de ser realizada este ano dentro do CIC. Mas fomos acolhidas lindamente pela Udesc, e quero agradecer imensamente a Universidade do Estado de Santa Catarina, o Ceart, por isso.

Mas, para além disso, quero destacar que dentro dos editais, principalmente o Prêmio Catarinense de Cinema, ter o recorte, o acolhimento da cultura LGBTQIAPN+ produzida pelo audiovisual catarinense é algo que precisa ser pauta de todo mundo, né, de toda a gestão. E, nesse sentido, queremos destacar o trabalho da Transforma, que este ano... Nós fomos contemplados no ano passado pelo prêmio da Lei Paulo Gustavo e giramos o País, fomos para cinco Estados levando a produção LGBTQIAPN+ produzida em Santa Catarina do audiovisual. Essa foi uma troca muito importante, porque limpamos o nome de Santa Catarina no País, porque as pessoas olhavam para nós e perguntavam como estávamos fazendo aquilo em Santa Catarina, e nós não entendíamos, já entendendo tudo o que vivíamos, de onde vinha essa força e tudo mais. Mas isso é significativo, porque o primeiro Comitê de Acompanhamento da Lei Paulo Gustavo em Santa Catarina foi da comunidade LGBT, da cultura LGBT catarinense. Nós temos o primeiro Setorial de Cultura LGBT do País, que é muito significativo e acolhido pelo MinC e também foi acolhido dentro da 4ª Conferência Nacional de Cultura. E a Bapho Cultural foi a única produtora do sul do Brasil a ser convidada pelo Ministério da Cultura a compor a organização da 1ª Pré-Conferência Temática de Cultura LGBT do País. Então a cultura LGBTQIAPN+ dentro dos editais é algo que... Vir aqui e pautar isso novamente é cansativo para nós, mas sabemos o quão vamos ter que ficar teclando mais uma vez nesse cenário.

Eu queria muito vir aqui falar sobre a felicidade de ser uma pessoa trabalhadora do audiovisual catarinense, que eu tenho muito orgulho de ser, mas eu queria vir aqui com o gosto de trazer o quão o cenário do audiovisual LGBT catarinense é exemplo para o País inteiro. Nós temos um crescente desenvolvimento de projetos e nós temos o principal festival de cinema LGBT no sul do País, que é a Transforma. Muito obrigado, Marilha, por nos citar, porque para nós é muito importante sermos reconhecidas, um



festival que por tanto tempo foi deslegitimado e passado por tanta censura neste Estado. [*Transcrição e Leitura: Siomara G. Videira*]

Todo dia chega uma carta diferente lá em casa pedindo para depor contra essas violências que estamos passando. Então talvez seja até interessante uma rubrica dentro dos editais que trate sobre terapia; terapia deveria ser obrigatória, porque não aguentamos mais passar por isso.

Voltemos com as pautas e com os recortes de cultura LGBT nos editais, porque essa é uma urgência de vida, é uma urgência de pauta, de empregabilidade, de renda e de protagonismo, porque estamos assegurando as barras neste Estado como ninguém.

Obrigada. (*Palmas*).

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Passo a palavra para o senhor Fernando Xokleng, da Mídia Nativa On.

O SR. FERNANDO XOKLENG – Boa noite a todos. Sou indígena aqui de Santa Catarina, do povo laklãnõ-xokleng, e cineasta.

Falar sobre cultura catarinense e não falar sobre cultura indígena, é muito difícil. Nós precisamos ter o protagonismo da população indígena para contar as nossas próprias histórias.

Eu me senti muito contemplado com a fala do Luck e do Jucelino sobre essa questão cultural, porque falamos disso muitas vezes, mas fica apenas na falácia; precisamos de ação. E estamos lutando há muito tempo por isso.

Quando a comunidade indígena vai ter esse retorno? Eu trago aqui uma demanda da população indígena xokleng que tem a ver com essa questão da exploração da cultura, pois contam nossas histórias, contam nossos contos, mas não existe retorno para a nossa comunidade. Eu peço que haja retorno à comunidade.

Falando do Prêmio Catarinense, vemos muitas exigências, muita burocracia que nos impedem de contar a nossa história e de passar um tempo com a nossa comunidade. Existem muitas questões de notas fiscais, muitas coisas burocráticas, que, para nós, não funcionam. Precisamos flexibilizar e, para isso, precisamos ter representatividade nas decisões. Eu acho que só assim conseguiremos construir um Estado que realmente abranja todas as culturas e não só um tipo de cultura.

Cultura é tudo isso aqui. Acho muito bonito ver essa diversidade e precisamos ser ouvidos. A nossa população precisa ser ouvida; é isso o que buscamos.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

A SRA. CAROLINA BORGES DE ANDRADE – Convido para fazer uso da palavra a nossa cineasta Marcia Paraíso, que, neste ano, nos honra ao receber a Medalha Cruz e Sousa. É muito bom ver o audiovisual representado e perceber o quanto ele pode dar visibilidade a temas como os vários que ouvimos aqui hoje, além de transformar a vida de muitas pessoas. (*Palmas*.)

A SRA. MARCIA PARAISO – Obrigada pelas palavras, obrigada à mesa e a todos os colegas que estão aqui.

Eu vou fazer um breve relato. Esse mérito, essa medalha – que muito me honra e que receberei em breve – me pegou de surpresa, mas é o resultado justamente de uma conquista gradativa que o Prêmio me possibilitou, pois realizei três trabalhos na região do Contestado, onde aconteceu a Guerra do Contestado, uma região com pouca visibilidade, onde as pessoas raramente são abordadas, tanto em relação ao seu patrimônio histórico, à sua memória, à sua cultura, quanto à cultura do povo caboclo, uma população que muitos catarinenses e brasileiros desconhecem, mas que existe aqui. Então eu acredito que recebo esse prêmio junto com todos eles.

Nós fizemos três trabalhos nessa região que foram fruto do Prêmio Catarinense, de uma categoria que não existe mais e que não existiu este ano, que é o telefilme, e isso é uma lástima, não podemos abrir mão dessa categoria. Muitos de nós aqui fizemos trabalhos muito importantes graças a essa categoria.

Um edital é uma conquista que vem de anos e anos. E para as novas gerações é importante dizer que houve gerações anteriores a vocês que brigaram para que o



edital chegasse e, por isso, não podemos abrir mão de conquistas que tivemos. Quando conquistamos um indutor, não podemos abrir mão desse indutor no edital simples. Tem que haver essa resistência, essa resiliência, essa nossa presença para que se mantenha, ao menos, aquilo que foi conquistado. Nunca menos, sempre mais; sempre mais vozes, nunca menos vozes.

É muito bom ver todos nós, aqui, toda essa pluralidade de pessoas e de desejos, e tem espaço para todos nós. A nossa briga é para que tenhamos mais espaço e mais recursos sempre.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO – Obrigado.

Passo a palavra para o senhor Diego Garcia Rodrigues, ASCJogos, e depois fará uso da palavra a senhora Betita Horn Pepulim.

O SR. DIEGO GARCIA RODRIGUES – Boa noite. Eu um produtor independente de jogos e sou filiado à ASCJogos. Agradeço à mesa pelo espaço, que é muito importante e necessário.

Eu estou aqui hoje para relembrar que o setor de jogos foi reconhecido pelo MinC e pela Ancine como audiovisual e, enquanto audiovisual, queremos ser vistos aqui no Estado da mesma maneira. Eu participei do edital do Prêmio Catarinense de 2019, no qual fui contemplado com um dos prêmios, e também participei do edital do Paulo Gustavo deste ano.

O setor de jogos acabou de ser reconhecido pelo marco legal. Temos aqui em Santa Catarina uma associação bastante jovem e precisamos dessa ajuda.

Gostaria de salientar que no edital de 2019 vários jogos foram premiados, e um deles é o chamado Tetragon, catarinense. Ele foi premiado internacionalmente pelo Google, é reconhecido com vários prêmios, inclusive. E também gostaria de salientar que seria interessante a mudança do nome do edital, pois ele induz ao erro. Seria interessante incluir "audiovisual" no nome.

No mais, eu fico à disposição, assim como a ASCJogos, para contribuir com a construção desse apoio ao setor de jogos como audiovisual nos editais de Santa Catarina. Estamos aqui para ajudar.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. BETITA HORN PEPULIM – Boa noite a todos. Em nome de alguns servidores da Fundação Catarinense de Cultura, hoje na qualidade de administradora do Museu da Imagem e do Som, eu quero dizer que está sendo emocionante ouvir todos vocês. Tem sido um prazer, durante este ano em que assumi o MIS, isso desde janeiro, conhecer muitos de vocês, ouvir as histórias e as demandas. Eu aprendi muito.

Eu gostaria de deixar claro alguns pontos. Primeiro, o edital Prêmio Catarinense de Cinema não é um prêmio, é um edital de fomento e visa à formalização do setor. A ideia é que o setor se profissionalize, se formalize cada vez mais. Não é um movimento assistencialista, é um negócio.

Sinto muito ouvir o Thomas e o Arthur falando que foram segregados. O CIC é de todos, os servidores do CIC são o povo. O edital Catarinense de Cinema é uma ferramenta, um instrumento público de fomento feito por servidores. Obviamente que sempre acabamos obedecendo diretrizes de planos de governo ou de gestão da própria FCC, mas é feito por servidores e é falho, são pessoas... Nós estamos aqui para ouvir. A equipe dos MIS, antes de eu entrar este ano, como o Rafael, o Rodrigo e o Cândido já estavam há anos trabalhando ali, existe um trabalho duro por trás. Nós entendemos as várias demandas, mas também é importante saber quem coordena, por exemplo neste ano sou eu, é o CPF da pessoa que está ali à frente.

Então existem algumas necessidades, sim, de burocracia. O que podemos ver é uma maneira de criar um sistema de apoio para quem não consegue fazer, mas existe essa necessidade.

Outro ponto que eu queria deixar claro, antes de terminar a minha fala, é que de 2001 até 2023 (porque 2024 ainda não aconteceu, ele está em trânsito), houve



dezesseis editais catarinense de cinema, dezesseis, alguns com ramificações, com outros editais advindos de um, mas houve dezesseis e apenas quatro deles com aportes de recursos federais. Então, quando falamos de um número enorme de categorias sendo contempladas, não estamos falando de editais catarinenses de cinema, estamos falando de editais com recurso federal. Claro que um recurso de R\$ 30 milhões permite um imenso número de categorias (*ininteligível*) vai ter que ser reduzida a categoria. Não é uma loteria, não é uma escolha: essas nós vamos prejudicar, essas nós vamos tirar, essas são bacanas, aquelas não. Não, é um negócio... É uma escolha doída, difícil. Telecine volta tendo dinheiro, o desenvolvimento volta tendo dinheiro. Os festivais foram todos premiados com o recurso que sobrou da Lei Paulo Gustavo. Por quê? Porque festivais são importantes, não existe cinema sem difusão. Festival é fundamental para a continuidade da categoria, para divulgar, para difundir, e a difusão é fundamental. não tem o que dizer. Então, não foi uma questão de segregação, foi uma escolha difícil, mas foi uma escolha.

Eu sinto muito se eu e a minha equipe não conseguimos satisfazer todos. Certamente houve erros e certamente estamos ali para ouvir cada um de vocês. Eu nunca... Ao contrário, tenho muito prazer em recebê-los e espero continuar recebendo. E espero sempre fazer o meu melhor por todos vocês enquanto eu estiver à frente desse edital.

Um abraço a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Passo a palavra para a senhora Cíntia Dominit Bittar, em nome do Conselho Superior do Cinema.

A SRA. CÍNTIA DOMINIT BITTAR – Boa noite. Eu já me autodescrevi na minha fala anterior.

Foi-me solicitado fazer uma fala enquanto Conselho Superior do Cinema, numa tentativa rápida de trazer mais informações sobre o que é o edital de arranjo regional, sobre o qual estamos falando bastante aqui, também conhecido por investimento regional.

Bom, o Conselho Superior do Cinema é a instância maior de deliberação da política para o audiovisual brasileiro. Estamos com algumas missões lá para este biênio, de 2023 a 2025, que se concentram na regulação do *streaming*, que são as plataformas Netflix, Disney, Amazon; e na criação também do PDM, que é o Plano Nacional de Diretrizes e Metas para o Audiovisual, que tem duração de dez anos. O nosso está vencido há dois anos e, por isso, estamos nessa força-tarefa para fazer o novo. Aliás, em dezembro serão abertas consultas públicas *on-line* para toda a população brasileira participar da construção do próximo PDM.

No próximo PDM, e foi perguntado também pela Manu, vamos tentar colocar a Setorial Nacional do Audiovisual e, a partir daí, ter os regramentos para estabelecer a setorial estadual, o sistema estadual de audiovisual. [*Transcrição: Cátia S. Schaffer / Leitura: Siomara G. Videira*]

Bom, nós temos o Fundo Setorial do Audiovisual, que hoje tem uma verba aproximada de R\$ 1 bilhão e com a plataforma de *streaming* esperamos agregar mais R\$ 1 bilhão, e esse fundo fica dentro do Fundo Nacional de Cultura. O associado audiovisual desde 2014 tem essa política de investimento, na qual ele aporta recursos em editais de entes regionais das capitais e dos Estados. Essa é uma diretriz federal. Todo ano tem um plano de ação para o setor, e neste plano então voltou o edital de investimento.

Vai ser uma corrida maluca, presidente da Fundação, Assembleia Legislativa e todos que estão aqui, porque quem chegar primeiro leva, é assim que funciona. E nós vamos ter R\$ 90 milhões para o Fames, mas vamos supor que o teto seja R\$ 30 milhões, vamos supor, vocês sabem que a conta não fecha, porque são cinco Estados no Fames. Então nós precisamos, no primeiro dia em que abrir, inscrever Santa Catarina, senão nós vamos ficar de fora.



Esse termo que eu utilizei na minha fala anterior, de política pública baseada em evidências, é um tema que o Ministério da Cultura tem utilizado para realmente abraçar os indicadores e conseguir fazer uma política mais assertiva. Eu estive agora em um seminário em São Paulo e um dos temas foi a diversidade, os indutores e as cotas, e isso com certeza será exigido para trazer o recurso federal. Então nós provavelmente teremos – como a Apan falou – nos 25% de empresas vocacionadas, mas não só isso, também indutores para LGBTs, para mulheres e espero que para mães solo também, e aí uma série de políticas afirmativas.

Também o fomento precisa, sim, ser desburocratizado, isso deve vir como instrução e precisamos, talvez, fazer uma reunião com o jurídico da FCC e com o Tribunal de Contas do Estado. É importante que, se mudar o nome, realmente se acabe com a palavra prêmio e entre edital de fomento.

A Manu pediu para eu encerrar falando da *film commission*, explicando o que é. A *film commission* é uma espécie de escritório do governo, do Poder Público, com funcionários, com estruturas para atrair negócios, atrair filmagens para o Estado, movimentando o setor local, gerando empregos, difundindo as paisagens, o turismo. Enfim, é muito importante atrair filmagens para o Estado. Nós estamos com a Embratur organizando a *film commission* brasileira agora. Estamos nessa luta e é importante que Santa Catarina avance nisso também.

Os últimos dados da Fipe colocam que a cada R\$ 1,00 investido – ao menos em São Paulo – voltam R\$ 20,00 para o Poder Público. E, com certeza, esse dado se espelha em Santa Catarina. Se tiverem alguma dúvida, com certeza a SA v, o próprio Conselho e a estrutura do MinC estão disponíveis para colocar Santa Catarina a atingir o potencial que todos sabemos que temos.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Então, agora vamos para os encaminhamentos finais. Eu quero primeiro passar a palavra para a Maria Teresinha, para que ela, a partir de tudo o que ouviu, diga no que é possível sairmos daqui com uma definição ou, então, quais os caminhos a partir desta audiência.

A SRA. MARIA TERESINHA DEBATIN - Muito bem.

Como eu falei, é bom ter dois ouvidos e ouvir bem. Anotei e nós não sairemos daqui com nada resolvido. Claro que não! Até porque eu não faço promessas vãs. Eu vou sempre colocar a minha palavra naquilo que eu posso cumprir. Ouvi muita coisa e acho que ouvir é, antes de tudo, um privilégio. Se nós não ouvimos, nós ficamos somente com as nossas próprias verdades e o nosso quintal, não saímos do nosso mundinho. Por isso se diz que os nossos amigos são aquelas pessoas que nos tiram do quintal de casa para nos mostrar outras possibilidades. Então, quando nós fazemos isso, e eu quero parabenizá-los por esta noite, nós estamos saindo do nosso quintal de casa.

Para aqueles que acreditam ou sentem que o CIC não é a sua casa, por favor. Eu tenho dito sempre que é para usarem também os corredores do CIC. Os funcionários da casa sabem que eu falei isso no meu retorno porque, como eu dizia para a Deputada, eu acredito que quando um administrador, seja ele municipal, estadual ou federal, investe em estradas, ele está facilitando o nosso caminhar; quando ele investe em escolas, ele está proporcionando conhecimento; quando ele investe em hospitais, ele está amenizando a dor. Mas é quando ele investe em cultura que, de verdade, está fazendo tudo isso, é quando, de verdade, ele arranca sorrisos.

Eu tenho sempre me preocupado muito... Eu comecei a minha carreira como funcionária de farmácia, e na minha cidade, Brusque, nós tínhamos uma farmácia e três supermercados e hoje, em cada cidade, nós continuamos tendo três supermercados e dez farmácias, quinze farmácias. Eu acredito que o remédio para esse vazio e para esse tédio – porque a luz não está mais piscando, a luz está acesa e nós, enquanto Poder Público, temos que ficar atentos a isso – está na arte, o remédio está na música,



o remédio está na literatura. Nós temos quem paga pelos eventos no nosso Estado, mas nós precisamos ter bons equipamentos e bons *shows*.

Eu vou levar tudo isso que eu ouvi para dormir comigo esta noite. Eu sempre acredito que uma noite, entre alguns dias, nos faz mais sábios. É preciso saber ouvir e é preciso saber ponderar. Às vezes é até preciso aprender a dizer não sem perder a leveza e a doçura. Então, nem tudo o que foi colocado aqui é possível. Eu escutei alguém dizer que precisa desburocratizar, e eu digo para vocês que nós estamos numa era em que não temos mais tempo para parar e ter conhecimento, nós queremos informação e informação em duas linhas.

Eu entendo a angústia de vocês. Para algumas pessoas às quais eu recebi, eu já disse que talvez seja importante ter um edital à parte até os senhores terem essa desenvoltura de fazer, de entrar num edital em que todo mundo já está acostumado e faz, às vezes, com uma mão nas costas, porque quando falamos de edital, quando falamos de dinheiro para fomentar, quando falamos de dinheiro público, nós estamos falando de imposto e até daquele senhorzinho que cata o papelão na rua. E aí é preciso ter muita responsabilidade e muita preocupação com essa prestação de contas. Eu vou trazer um exemplo para os senhores: quando você é atendido sem essa burocracia, você fica feliz, mas eu tenho mais três dúzias me batendo, perguntando como eu entrego dinheiro e não exijo uma prestação de contas.

Isso é muito natural, é comum, e os Deputados que estão aqui sabem disso.

Nós temos todos os anos uma dificuldade no Carnaval e eu estou sugerindo agora que o Carnaval venha para um edital. O pessoal é muito bom para brincar, é muito bom para criar coreografia, é bom para fazer o samba, mas tem dificuldade de saber que aquela notinha não pode ser com data anterior, e aí tudo se complica. E não é por safadeza, complica porque aquilo não é dele.

Então, eu entendo a fala de cada um de vocês. E podem ter certeza que as levarei para fazer a nossa lição de casa.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Em comum acordo, eu e o Deputado Marquito queremos reforçar o entendimento desta audiência. Está presente aqui a taquigrafia, então todas as falas feitas da mesa e da tribuna vão compor um documento que será o resultado desta audiência, e será um documento oficial. O que estará lá é o que foi falado e isso serve como referência para as nossas lutas de hoje em diante. Então, eu quero primeiro reforçar esse entendimento. Nós não precisamos aqui retomar nada, o que foi falado vai para a ata e serve ao Conselho, à Fundação e também para a nossa luta aqui no Parlamento de uma maneira geral. Mas eu quero reforçar alguns entendimentos importantes desta noite.

Primeiro, quero pedir que a Fundação se comprometa a fazer uma escuta pública sobre o prêmio, porque hoje é Prêmio Catarinense de Cinema, antes de fazer a minuta do próximo edital. Quero reforçar esse entendimento aqui.

Segundo, reforçar o pedido para que a Fundação dê retorno às cotas regionais e a outras cotas e indutores para o Prêmio Catarinense de Cinema. Como foi falado aqui, mulheres LGBTQIAPN+.

Terceiro, reforçar a alteração do nome do edital para homenagear o Celso. Isso nós podemos fazer, como Deputados, mas eu entendo que se o governo fizesse, seria mais fácil aprovar aqui, e nós nos dispomos, como Parlamentares, Marquito, a conversar com o governo, se precisar.

Nós não vamos esquecer o que foi mencionado aqui. Quando a filha Marilha [do Celso] falou, eu me emocionei, porque não dá para falar do audiovisual catarinense sem falar do Celso. Acho que ele merece isso de nós. E aqui pode estar o exemplo de algo que nós podemos fazer em conjunto, o Executivo com o Legislativo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO – Também queria ajudar a complementar essa questão da alteração do nome. Eu acho que já seria o momento de alterar o nome prêmio para edital de fomento.



(A senhora Betita Horn Pepulim manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

Desta audiência acho que saíram uns três pedidos para troca de nome, de prêmio para edital de fomento. Acho que temos esse encaminhamento, e aí nomear com a homenagem ao Celso pela sua representatividade. É uma sugestão. É importante que esse encaminhamento seja consolidado e há um compromisso nosso, do Legislativo, de fazermos isso entre o Poder Executivo, a Fundação, a Comissão e a Frente Parlamentar, e daí colocamos isso como um encaminhamento concreto da audiência. Acho isso bem importante.

Pode ser?

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Temos acordo? Levanta a mão quem concorda.

(A plenária aquiesce.)

Edital de fomento audiovisual. Isso tem que ser construído com o Executivo, porque diz respeito não apenas à denominação, não é tão somente em relação à denominação.

Também veio fortemente aqui a discussão sobre a Secretaria de Cultura e da Gerência de Audiovisual. Então nós queremos reforçar esse entendimento. E também o que foi falado por várias pessoas, sobre a necessidade da readequação do PIC, e nesse sentido nós poderíamos amarrar para o ano que vem uma audiência pública para discutirmos isso. [*Transcrição/Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Eu acho que seria de bom tamanho focar com o Conselho e com a Fundação para fazermos os ajustes necessários para manter esse investimento da forma mais adequada.

Nós elencamos essas questões aqui, mas como eu falei, não é que as outras [questões] não compõem, focamos nessas para reforçar o entendimento da audiência e, dessa forma, Marquito, os encaminhamentos que nós vamos dar a partir de agora.

(A senhora Cíntia Dominit Bittar manifesta-se fora do microfone: “Lu, é muito importante fazermos uma reunião com o TCE, porque eles precisam entender a nossa atividade. Nós pedimos isso há pelo menos dez anos.”)

Vocês acham que é problema deixar isso para fevereiro?

(A senhora Cíntia Dominit Bittar manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

Essa reunião com o Tribunal de Contas.

(A senhora Cíntia Dominit Bittar manifesta-se fora do microfone: “Depende de como sair o regramento do MinC para o edital de arranjo regional; se tiver algum empecilho ligado a Santa Catarina, alguma coisa que seja alvo do TSE, nós vamos ter que falar com a...”)

Então vamos monitorar isso. Falo mais por causa do tempo aqui na Casa, pois estamos entrando agora em uma parte bem pesada do ano, mas ficamos em contato para avaliar esse encaminhamento no TSE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO – Eu queria levantar dois pontos, porque algumas falas foram aqui colocadas.

A primeira é a questão do alinhamento com o MinC em relação aos editais que são oriundos do MinC e que, quando descem para o Estado, acabam de alguma forma perdendo a relação com os indutores. Então é a garantia desses indutores, especialmente a dos marcadores, daquilo que é colocado no MinC quando ele desce para nível estadual. É importante ter isso pactuado, porque os relatos que foram colocados é que isso acaba deixando de fora algumas realidades, principalmente acaba não abrindo os espaços para quem precisamos abrir.

(O senhor Luck Yemonja Banke manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

Isso.

Eu acho que há uma proposta de pactuação aqui para a garantia junto à Fundação.

A outra coisa que também nos trouxe muita estranheza é o valor de apenas R\$ 9 milhões na Lei Orçamentária Anual para o audiovisual. Acho que nisso nós temos



condições de atuar; é necessário um movimento do Executivo, obviamente, mas também nós, enquanto Comissão e Frente Parlamentar, precisamos provocar de alguma forma nessa tramitação. Ainda em um calendário, o mais importante é vir um indicativo do Executivo e provocar o Relator da Comissão de Finanças, o Deputado Marcos Vieira, para que haja um incremento nesse valor, tendo em vista que esse valor se multiplica quando se cruza com os outros editais.

Então, é importante ter isso pactuado também. Nós podemos ajudar, nós estamos na Casa Legislativa e estamos dispostos a auxiliar nesse diálogo com o Deputado Marcos Vieira, mas com a aprovação vinda do Executivo temos 90% do caminho andado. Então, é importante que saia de lá também e essa é uma solicitação desta audiência.

E, óbvio, que nós possamos ter o sistema estadual de audiovisual de pé, isso também eu acho que apareceu em umas duas falas, com todos os instrumentos.

É isso. Faltou alguma coisa, gente?

(O senhor Alexandre de Pinho manifesta-se fora do microfone: "Eu queria me inscrever, mas as inscrições não foram reabertas. Tem alguns itens que ninguém falou aqui e que são falados pelo meio.")

O SR. ALEXANDRE DE PINHO – Boa noite a todos.

Eu sou da Setorial do Audiovisual do Estado, um dos fundadores, junto com vários daqui, e também da Setorial de Florianópolis. Há alguns itens sobre os quais temos discutido e conversado, os quais acho importante trazer aqui. Serei breve.

Regionalização não é só o local para um lado ou para outro do Estado, sempre para as mesmas regiões, também temos que pensar em regionalizar conforme o porte das cidades e dos Municípios, pois não dá para Município pequeno concorrer com Município grande. A produção, para ser capilar e atingir os vários rincões e locais do Estado, tem que ser pensada em categorias, em níveis, para festival, para produção e para desenvolvimento pelo tamanho das cidades, porque se fica em uma discussão de regionalização por meso – que é necessária, não sou contra -, mas dentro da meso um Município pequeno está concorrendo com um Município grande e isso também causa distorções. Então, isso é algo importante.

Outra coisa é a questão das produções paralelas: o ciclo de produção do audiovisual não é de seis meses, de um ano. E principalmente no PIC, mas neste ano acabou também atingindo o Prêmio Catarinense de Cinema, quem está em uma realização, em uma produção, não tem acesso à inscrição de outro projeto. Isso é um problema do PIC desde sempre e este ano virou uma questão também do Prêmio Catarinense de Cinema, para quem estava em andamento, não os inadimplentes. O inadimplente é óbvio que não deve concorrer, mas a pessoa que está dentro do cronograma que foi proposto lá no período de inscrição, foi avaliado, foi aprovado, porque está fazendo um, não pode mais se inscrever em outros. O ciclo do audiovisual que tem desenvolvimento, pré-produção, produção e finalização, é muito maior do que um ano.

Por fim nós, da cultura, somos muitas vezes tratados como ladrões, como bandidos, porque o sistema de edital é igual a construir uma ponte ou fornecer alguma outra coisa para o Estado, mas somente nós fazemos prestação de contas. O nosso objeto é entregue conforme o edital exige e, além disso, tem que ter cada nota de cada coisa. Então, eu quero prestação de contas das pontes ou a dispensa da prestação com a entrega do objeto. Tem que ser equivalente o tratamento (*palmas*). Por que a cultura é tratada diferente? Essa é uma questão legislativa. Então, ou me mostram a prestação de contas da ponte, ou então não peçam a minha, porque o meu objeto eu entrego. Se eu não entregar o meu objeto, o.k., aí é um problema, mas isso não está equilibrado.

Seria isso, muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – É isso, pessoal.

(A senhora Ilka Goldschmidt manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)



Sim, ela entrou aqui.

Como eu falei, tudo o que foi falado aqui entra no relatório, só fizemos alguns apontamentos para reforçar, mas está garantida a compreensão.

[O senhor Luck Yemonja Banke manifesta-se fora do microfone: “Eu queria dizer também que a deficiência não é do povo negro (ininteligível) de conseguir lidar com a burocracia, a deficiência é desse modelo de Estado e de nação que não consegue lidar com as singularidades, com outras formas de pensamento, outros grupos de valores e outras cosmologias possíveis. Quer saber como fazer de outro jeito? Pergunte que nós sabemos.”] (Palmas.)

Muito boa a fala do Luck aqui, porque senão partimos do princípio de que só tem um modo de fazer e que esse modo de fazer inclui todos, e não é verdade. Esse modo de fazer foi criado também com alguma intencionalidade e ele precisa ser desconstruído para enxergar todas as pessoas. É essa a questão. (Palmas.)

Eu acho que nós vamos fazendo sempre o que é mais fácil, fazemos de uma forma e todo mundo tem que se enquadrar, quando, na verdade, as construções históricas das pessoas são diversas. Então, eu acho que é o Estado que tem que se adequar.

Eu sempre fico muito indignada, vou abrir um parêntese aqui, quando eu ouço a seguinte situação: nós implantamos um sistema de informática e o sistema não permite que façamos isso. Desculpem o palavrão aqui, mas que merda, não é? Quem fez esse sistema? Não foram pessoas? Se fizeram desse jeito, pode haver pessoas para fazer de outro jeito. Parece que o sistema é uma coisa divina que cai, é aquilo e serve para todo mundo.

Então nós temos que desconstruir, sim. Que bom que vocês trouxeram essa visão, porque eu acho que a máquina, a estrutura precisa enxergar a diversidade e se adequar a ela. Não é a diversidade que tem que se adequar à estrutura, porque a estrutura é instrumento, é meio e não fim.

(Participante não identificado manifesta-se fora do microfone: “Não é negócio, é política pública”.)

Eu vou passar a palavra para o Marquito concluir.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO – Este debate que estamos fazendo agora, que é superimportante, e é preciso avançar, tem que ter uns passos à frente, porque se não sentarmos com o Tribunal de Contas do Estado, se não sentarmos com a Secretaria da Fazenda, se não avançarmos no sentido de entendimento sobre o setor, não vamos conseguir dar esse passo à frente na perspectiva de se fazer audiovisual, de se entregar o produto e esse produto não precisar ser totalmente confiscado dentro da sua execução. É importante avançar nesse sentido e, para isso, é importante o nosso esforço, do Legislativo, junto com a Fundação, de irmos, junto com as representações, ao Tribunal de Contas e à Secretaria da Fazenda, para que o setor seja entendido e compreendido e para que outros mecanismos de prestação de contas e de editais consigam avançar nos próximos passos.

Nós precisamos tirar daqui também o compromisso da Frente Parlamentar com a Comissão no sentido de serem as propulsoras do agendamento desses encontros. Eu acho que nós podemos sair com esse compromisso, a Frente Parlamentar se coloca nessa tarefa.

Outra questão, por fim, é sobre o recurso que ainda sobra da Lei Paulo Gustavo, porque ainda tem um recurso. A previsão é de abertura? Como está?

A SRA. MARIA TERESINHA DEBATIN – Nós vamos publicar, talvez na próxima semana, porque tudo no Estado tem seu processo burocrático.

Gente, eu entendo quando vocês reclamam da burocracia, mas não queiram conhecer a burocracia que colocam para nós dentro de casa. Tudo o que eu quero fazer precisa passar aqui, mais ali, mais ali e mais acolá. E aí eu concordo com vocês e costume dizer dentro de casa – e vou dividir isso com vocês – que a burocracia é um



elefante que atravessa a estrada de quem quer fazer e de quem quer fazer certo. Para o cara que quer fazer safadeza, você pode botar o que quiser, ele voa. Então, essa burocracia dentro de casa também nos mata.

Os funcionários sabem, às vezes eu digo: mas eu não acredito, porque não dá para fazer hoje? Porque fulano tem que olhar, sicrano tem que ouvir e depois tem que assinar. Então, é mais ou menos assim. Eu vou dizer que a culpa é de quem faz as leis, ou pelo menos de quem aprova. *(Risos.)*

Agora eu fiquei bem na foto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO – Se aprovasse uma leisinha, ainda estava bom. Eu queria ter essa culpa, mas não passa nada nosso aqui [na Casa]. *(Risos.)*

A SRA. MARIA TERESINHA DEBATIN – Não, não. Onde são feitas e aprovadas as leis? Vamos cada um colocar nos seus ombros a culpa que tem.

E sabe que às vezes eu falo isso ao Governador, porque ele fica enlouquecido: mas como leva tanto tempo? Eu digo: essa é uma das leis que o senhor ajudou a aprovar quando era Deputado. Porque eu também fico cansada disso.

Então, para poder usar as sobras dos editais - porque o dinheiro vem e até que essa burocracia seja cumprida fica aplicado, e os prêmios são esse, aquele e aquele outro, então sobra e é possível fazer essa distribuição -, nós estamos criando uma conta-fundo, sem isso nós somos obrigados a devolver o dinheiro, então isso está sendo feito também.

A minha mesa já está com 3 metros de papel e eu não sei tudo o que ainda tem para vir e para ser feito. Mas isso está sendo feito, está na minha memória.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – A Carol pediu a palavra e eu esqueci.

A SRA. CAROLINA BORGES DE ANDRADE – Eu gostaria de citar que poucas vezes o Estado de Santa Catarina atingiu o 1% do seu orçamento destinado à cultura, que é o mínimo recomendado pela Unesco, sendo que em poucos anos isso foi atingido. Então quero lembrar o CEC, o Legislativo e o Executivo que temos o compromisso de atingir essa meta.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Certo.

Obrigada, pessoal. Que tenhamos todos, todas e “todes” uma ótima noite. *(Palmas.)*

Assim sendo, nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a audiência pública. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Transcrição: Júlia Amaral Da Rosa / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos / Leitura Final: Marivânia Pizzi]

**DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
E PROPONENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO
PROPONENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**